



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

HERBERT FLORENCE DE CARVALHO

**ROTA TURÍSTICA NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE:
uma proposta para o desenvolvimento local**

Salvador
2023

HERBERT FLORENCE DE CARVALHO

**ROTA TURÍSTICA NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE:
uma proposta para o desenvolvimento local**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos

Salvador
2023

Escola de Administração - UFBA

C331 Carvalho, Herbert Florence de.

Rota turística na Península de Itapagipe: uma proposta para o desenvolvimento local / Herbert Florence de Carvalho. – 2023. 90 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2023.

1. Turismo – Itapagipe, Península de (Salvador, BA).
2. Turismo – Aspectos econômicos. 3. Gestão social.
4. Comunidades – Desenvolvimento. 5. Políticas públicas.
6. Participação social. I. Universidade Federal da Bahia.
Escola de Administração. II. Título.

CDD – 338.4791



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS)

ATA N° 33

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS), realizada em 28/11/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social no. 33, área de concentração Desenvolvimento e Gestão Social, do(a) candidato(a) HERBERT FLORENCE DE CARVALHO, de matrícula 2021105901, intitulada ROTA TURÍSTICA NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE: uma proposta para o desenvolvimento local. Às 09:00 do citado dia, Plataforma RNP, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dra. MARIA ELISABETE PEREIRA DOS SANTOS que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dra. MORGANA GERTRUDES MARTINS KRIEGER e Prof. Dr. JOAO PEREIRA OLIVEIRA JUNIOR. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dr. JOAO PEREIRA OLIVEIRA JUNIOR, UNEB

Examinador Externo à Instituição

Dra. MORGANA GERTRUDES MARTINS KRIEGER, UFBA

Examinadora Interna

Dra. MARIA ELISABETE PEREIRA DOS SANTOS, UFBA

Presidente

HERBERT FLORENCE DE CARVALHO

Mestrando(a)



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS)

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 33

Autor(a): HERBERT FLORENCE DE CARVALHO

Título: ROTA TURÍSTICA NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE: uma proposta para o desenvolvimento local

Banca examinadora:

Prof(a). JOAO PEREIRA OLIVEIRA JUNIOR Examinador Externo à Instituição

Prof(a). MORGANA GERTRUDES MARTINS KRIEGER Examinadora Interna

Prof(a). MARIA ELISABETE PEREIRA DOS SANTOS Presidente

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. [] INTRODUÇÃO
2. [] REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. [] METODOLOGIA
4. [] RESULTADOS OBTIDOS
5. [] CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS:

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

Documento assinado digitalmente



MARIA ELISABETE PEREIRA DOS SANTOS
Data: 29/11/2023 09:05:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). MARIA ELISABETE PEREIRA DOS SANTOS

Orientador(a)

Documento assinado digitalmente



MORGANA GERTRUDES MARTINS KRIEGER
Data: 22/04/2024 20:25:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



JOAO PEREIRA OLIVEIRA JUNIOR
Data: 29/11/2023 07:18:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



HERBERT FLORENCE DE CARVALHO
Data: 30/11/2023 15:44:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HERBERT FLORENCE DE CARVALHO

**ROTA TURÍSTICA NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE:
uma proposta para o desenvolvimento local**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Banca examinadora:

Dr. JOAO PEREIRA OLIVEIRA JUNIOR, UNEB
Examinador Externo à Instituição

Dra. MORGANA GERTRUDES MARTINS KRIEGER, UFBA
Examinadora Interna

Dra. MARIA ELISABETE PEREIRA DOS SANTOS, UFBA
Presidente

À minha família, pelo apoio na minha educação, em especial, à minha companheira, pelo amor e compreensão, e à minha filha, neta e neto.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao povo brasileiro, que sustenta a universidade pública.

Trabalhei nesta pesquisa objetivando retribuir o investimento feito nos meus estudos. Sinto-me na obrigação de pensar, estudar e trabalhar para que tenhamos uma sociedade justa, fraterna e solidária. De coração, fiz o melhor que pude, nesse sentido.

Agradeço às colegas de turma, em especial as que pesquisaram turismo: Rosa, Hilda, Carol, Hirlene, Andrea e Samara. Fizemos um grupo muito solidário, onde pude refletir sobre meus estudos. A amizade e solidariedade impactaram positivamente no meu percurso formativo.

Agradeço, também, ao corpo técnico da Universidade e aos professores e professoras da UFBA, pela oportunidade de aprendizado. Tive professores e professoras maravilhosas.

Agradeço, fortemente, a minha família e amigos, pelo apoio incondicional aos meus estudos. Esses anos de mestrado só foram possíveis porque tive pessoas cujo carinho e amor foram fundamentais para a caminhada. Deveria fazer um rol grande de nomes aqui. Muitas pessoas preocupadas e desejosas de que minha pesquisa fosse bem-sucedida e que me incentivaram bastante.

Mas, ficará aqui o registro das conversas com minha irmã Raquel e cunhado Cláudio. Do amor de minha mamãe Guiomar e de minha Dinda Maria Laura. De que minha filha Patrícia, minha neta Thainá e meu neto Nathan foram combustíveis para a caminhada, foi por eles também. E, especialmente, minha companheira Juliana, que, cotidianamente, incentivou e teve paciência neste período.

Um especial agradecimento à minha orientadora, professora pós-doutora Bete Santos. Super acolhedora, educada, cuidadosa, preocupada com que o estudante esteja em um bom caminho. A reta final foi de muitas mudanças, para mim, e ter sido orientado por Bete foi muito importante para que eu conseguisse. Obrigado Bete, por tudo!

(Meus amigos foram às ilhas/ Ilhas perdem o homem/
Entretanto, alguns se salvaram e/ Trouxeram a notícia / De
que o mundo, o grande mundo está crescendo todos os
dias / Entre o fogo e o amor / Então, meu coração também
pode crescer / Entre o amor e o fogo / Entre a vida e o
fogo / Meu coração cresce dez metros e explode - / Ó vida
futura! Nós te criaremos)

RESUMO

Considerando as potencialidades que a Península de Itapagipe oferece para o turismo, surge a seguinte questão: O turismo na Península de Itapagipe pode se constituir em uma alternativa, como estratégia de desenvolvimento local para a comunidade? Esta pesquisa responde afirmativamente, mas associando à uma necessária análise crítica e reflexiva sobre desenvolvimento, participação e gestão social. O objetivo geral desta pesquisa é apresentar uma proposta de Rota Turística da Península Itapagipana, que promova o desenvolvimento local. São os seguintes os objetivos específicos do presente trabalho: caracterizar o território de Itapagipe; mapear as diversas possibilidades de atrações turísticas da península; e propor alternativas inovadoras de participação da comunidade, na elaboração de soluções para os problemas do turismo local. Fundamenta o presente trabalho a reflexão crítica sobre os conceitos de desenvolvimento local, território, turismo e participação e suas respectivas relações.

Palavras-chave:

Desenvolvimento, Desenvolvimento sustentável, Desenvolvimento territorial, Gestão Social, Turismo, Participação, Salvador, Península Itapagipana.

ABSTRACT

Considering the potentialities that the Itapagipe Peninsula offers for tourism, the following question arises: Can tourism in the Itapagipe Peninsula serve as an alternative strategy for local development within the community? This research answers affirmatively, but with a necessary critical and reflective analysis of development, participation, and social management. The overall objective of this study is to present a proposal for the Itapagipana Peninsula Tourist Route, aimed at promoting local development. The specific objectives of this work include characterizing the Itapagipe territory, mapping the various possibilities for tourist attractions on the peninsula, and proposing innovative alternatives for community participation in developing solutions to local tourism challenges. The study is grounded in critical reflection on the concepts of local development, territory, tourism, and participation, along with their respective interrelationships.

Keywords:

Development, Sustainable development, Territorial development, Social Management, Tourism, Participation, Salvador, Península Itapagipana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Proporção de cobertura vegetal de Salvador.....	16
Figura 2 - Temperatura de superfície de Salvador.....	17
Figura 3 - Alagados, década 70.....	19
Figura 4 - Etapas do Desenvolvimento de Rowtow.....	27
Figura 5 - Mapa de Península de Itapagipe.....	51
Figura 6 - Perfil Socioeconômico do turista de Salvador.....	57
Figura 7 - Dias de estadia do turista em Salvador.....	58
Figura 8 - Interesse do turista em conhecer Salvador.....	59
Figura 9 - Ponta de Humaitá.....	60
Figura 10 - Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat.....	61
Figura 11 - Forte do Monte Serrat.....	62
Figura 12 - Igreja Nossa Senhora da Penha.....	63
Figura 13 - Solar Amado Bahia.....	64
Figura 14 - Casa Guilherme Marback.....	64
Figura 15 - Praia da Boa Viagem.....	65
Figura 16 - Naufrágio de Blackadder.....	66
Figura 17 - Naufrágio Vapor da Jequitaiá.....	66
Figura 18 - Corais da Boa Viagem.....	67
Figura 19 - Lavagem da Igreja do Bonfim.....	68
Figura 20 - Procissão do Bom Jesus dos Navegantes.....	69
Figura 21 - Festa junina Forro do Jegue.....	69
Figura 22 - 25 anos da Roda de Capoeira do Humaitá.....	71
Figura 23 - Sede náutica do Vitória e do São Salvador.....	72
Figura 24 - Vista de Plataforma em frente ao Solar Amado Bahia.....	73
Figura 25 - Avenida Beira Mar.....	74
Figura 26 - Largo do Bonfim: Igreja, Vila Criativa e Casarões ao fundo.....	74
Figura 27 - Rota Turística proposta pelo autor. Elaboração própria.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACVVC	Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão
ASA	Articulação para o Semiárido
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbana do Estado da Bahia
CONROTA	Conselho de Planejamento da Rota Turística
ECA	Comissão Econômica para a África
ECE	Comissão Econômica para a Europa
Ecosol	Economia Solidária
ESCAP	Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico
ESCWA	Comissão Econômica e Social para o Oeste Asiático
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBA	Federação Baiana de Atletismo
FMLF	Fundação Mario Leal Ferreira
GS	Gestão Social
GT-ROTA	Grupo de Trabalho da Rota Turística
INEMA	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
ISER	Instituto de Estudos da Religião
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSID	Obras Sociais Irmã Dulce
PIB	Produto Interno Bruto
PNADL	Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
SAVAM	Sistema de Áreas de valor ambiental
SEMED	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Renda
SESCIS	Secretaria da Sustentabilidade e Cidade Sustentável
UNISOL	Central das Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	24
2.1 DESENVOLVIMENTO UM BREVE HISTÓRICO.....	24
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E A CIDADANIA.....	30
2.3 O BEMVIVER E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	35
2.4 TURISMO E GENTRIFICAÇÃO.....	38
2.5 OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	40
3 PARTICIPAÇÃO NO TERRITÓRIO	43
3.1 A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE COMO BASE DA INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO.....	43
3.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E A PARTICIPAÇÃO.....	46
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
4.1 A PESQUISA DO TERRITÓRIO.....	51
4.2 GRUPO DE DISCUSSÃO E ENTREVISTA.....	51
5 PROPOSTA DE ROTA TURÍSTICA CULTURAL NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE	56
5.1 O TURISMO EM SALVADOR.....	56
5.2 AS DIMENSÕES ESPAÇO E TEMPO NA ROTA TURÍSTICA.....	60
5.3 UMA DELIMITAÇÃO PRELIMINAR DA ROTA TURÍSTICA NO TERRITÓRIO.....	72
5.4 A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DA COMUNIDADE E DOS ATORES LOCAIS NA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA PROPOSTA.....	76
6 CONCLUSÕES	81
REFERÊNCIAS	83
ANEXO A - ROTEIRO GRUPO DE DISCUSSÃO	88

1 INTRODUÇÃO

A Península Itapagipana é uma região tradicional da cidade de Salvador, com ocupação histórica desde a presença dos povos originários, passando pelo processo de colonização até os dias atuais. Por conta dessa ocupação, Itapagipe, à exemplo de Salvador, é um território multifacetado, diverso culturalmente. É, também, um território com problemas sociais crônicos, consequência dessa mesma história.

Itapagipe fica na parte noroeste da cidade e na parte baixa da falha geológica chamada de Falha Salvador (Brasil, 2015). Como caracteriza Kátia Mattoso (1992), Salvador é uma península com um território bastante peculiar:

A ponta sul da península em que se ergue a cidade tem a forma de um losango, cuja orla oeste corre, exatamente, ao longo de uma falha imensa que se chama *falha de Salvador*. Seguindo a direção sudoeste-nordeste, ela separa o cristalino antigo e a bacia sedimentária jurássico-cretácea. É um *horst* cujo *graben* (fosso tectônico) é a baía. O outro lábio dessa imensa falha deve ser procurado no lado oposto da baía, no limite sudoeste do Recôncavo (Mattoso, 1992, p.45).

Essa característica geológica é a responsável pelo fato de parte da cidade ser denominada, popularmente, por Cidade Baixa e a outra parte por Cidade Alta. Segundo a Prefeitura de Salvador, no seu Plano de Bairros, Itapagipe tem 7,26 Km² de extensão, o que representa 0,22% do território continental de Salvador, e nela residem 164.264 pessoas (IBGE, 2010). São 14 bairros que estão administrativamente relacionadas à Prefeitura Bairro da Cidade Baixa.

Fazem parte de Itapagipe 14 bairros: Boa Viagem, Bonfim, Calçada, Caminho de Areia, Mangueira, Mares, Massaranduba, Monte Serrat, Ribeira, Roma, Santa Luzia, Uruguai, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro e a parte do Lobato correspondente à Península do Joanes, situado entre a linha férrea e a Enseada dos Tainheiros. Todos os bairros integram a Prefeitura Bairro da Cidade Baixa e do Lobato, unidade da divisão territorial pela qual a Prefeitura de Salvador estrutura a gestão e a base de informações urbanas (Salvador, 2021).

A região tem indicadores sociais, em geral, quantitativamente e qualitativamente inferiores à média de Salvador. Em 2010, 03,69% da população acima de 15 anos não era alfabetizada, enquanto, em Salvador, esse indicador é de 03,97%. A porcentagem de residentes em Itapagipe com o rendimento médio entre as faixas de 0 a 1 salário mínimo é de 39,6%, enquanto em Salvador é de 34,2%. Nas faixas intermediárias e mais altas, têm-se o seguinte quadro: de 3 a 5 salários, em Itapagipe, temos 8,0% e, em Salvador, 8,2%; de 5 a 10, em Itapagipe, tem 4,5% e, em Salvador, 7,8%; na faixa de 10 a 20, em Itapagipe, tem 0,9% e, em

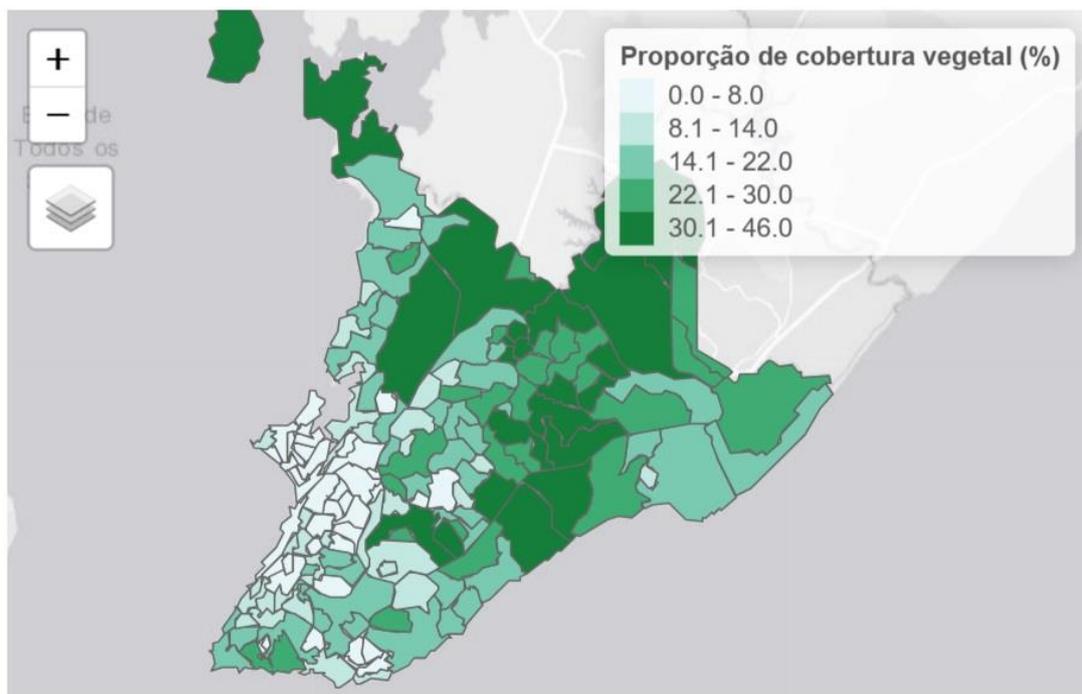
Salvador, 3,5%; e, acima de 20 salários mínimos, têm-se apenas 1,0% da população de Itapagipe e, em Salvador, 1,4% (CONDER/INFORMS, 2016). A carência de renda e de emprego é uma realidade para a cidade de Salvador e tem, em Itapagipe, contornos ainda mais dramáticos.

Dados do QUALISalvador mostram que o meio ambiente também é um elemento importante para caracterizar o território. Utilizando indicadores como de arborização urbana, poluição hídrica, drenagem, calor na superfície, o projeto QUALISalvador mostrou que a região de Itapagipe têm indicadores em termos de qualidade do ambiente urbano, considerados como regular e muito ruim.

Os dados relativos à qualidade do ambiente urbano nos bairros das bacias de drenagem natural indicam uma qualidade superior em relação aos das bacias hidrográficas. Essas bacias agregam muitos dos bairros que apresentam os melhores indicadores em termos de acesso a vegetação, condições de temperatura, rendimento do trabalho, serviços de consumo coletivo, entre os vários indicadores relacionados até então. Nesse contexto, destacam-se as bacias de drenagem de Amaralina/Pituba, Armação/Corsário, Vitória/Contorno e Stella Maris, situadas nas classes de qualidade excelente e muito boa. No extremo dessa categorização estão os bairros das bacias de Itapagipe, Plataforma, São Tomé de Paripe e Comércio, com índices regular e muito ruim (Santos, 2022, p. 84).

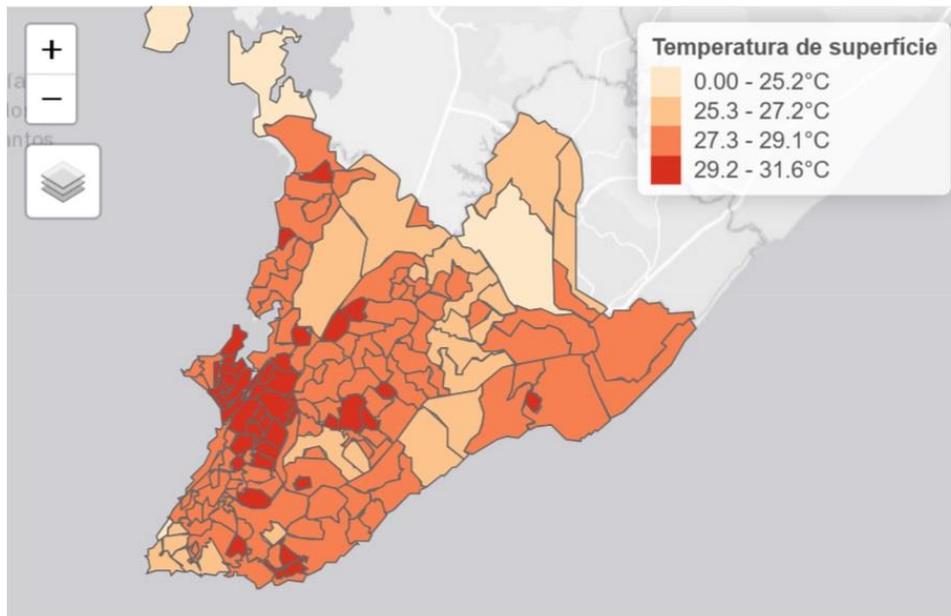
Ainda segundo o projeto QUALISalvador, a Península de Itapagipe tem uma das piores coberturas vegetais da cidade, o que pode estar relacionado com o fato de ter, também, um dos mais altos índices de calor na Superfície, como mostram as figuras 1 e 2.

Figura 1 - Proporção de cobertura vegetal de Salvador



Fonte: Santos, 2022

Figura 2 - Temperatura de superfície de Salvador



Fonte: Santos, 2022

A formação histórica e cultural desse território é extremamente rica, diversa e multifacetada. A península tem uma população de 83,87% que se autodeclara como preta ou parda (CONDER/INFORMS, 2016) e marcas e traços culturais que são o resultado de uma longa história de ocupações e de funções variadas que Itapagipe teve para a cidade. Registros históricos indicam que a ocupação do território vem desde a presença de indígenas. O século XVI se transforma em um marco, em função da chegada dos europeus, e vários são os registros históricos desses séculos, como o forte de Monte Serrat e a Igreja Nosso Senhor do Bonfim. Essas edificações são referências culturais e simbólicas da região itapagipana. São, também, referências da ocupação do período de Brasil colônia de Portugal.

Itapagipe viveu um período de ocupação do seu território, para fins de veraneio, no final do século XIX. Em seguida, viveu um outro período de ocupação, com fins industriais, passando a ser um espaço privilegiado para instalação de fábricas, por seu território plano, facilidade de transporte de bens para o mar e por ter terrenos mais baratos (Cardoso 2007). A Península de Itapagipe foi assim, o *locus* da produção e do trabalho. É preciso lembrar que foi nesse território que se constitui uma das primeiras tentativas de industrialização na cidade do Salvador. Afinal,

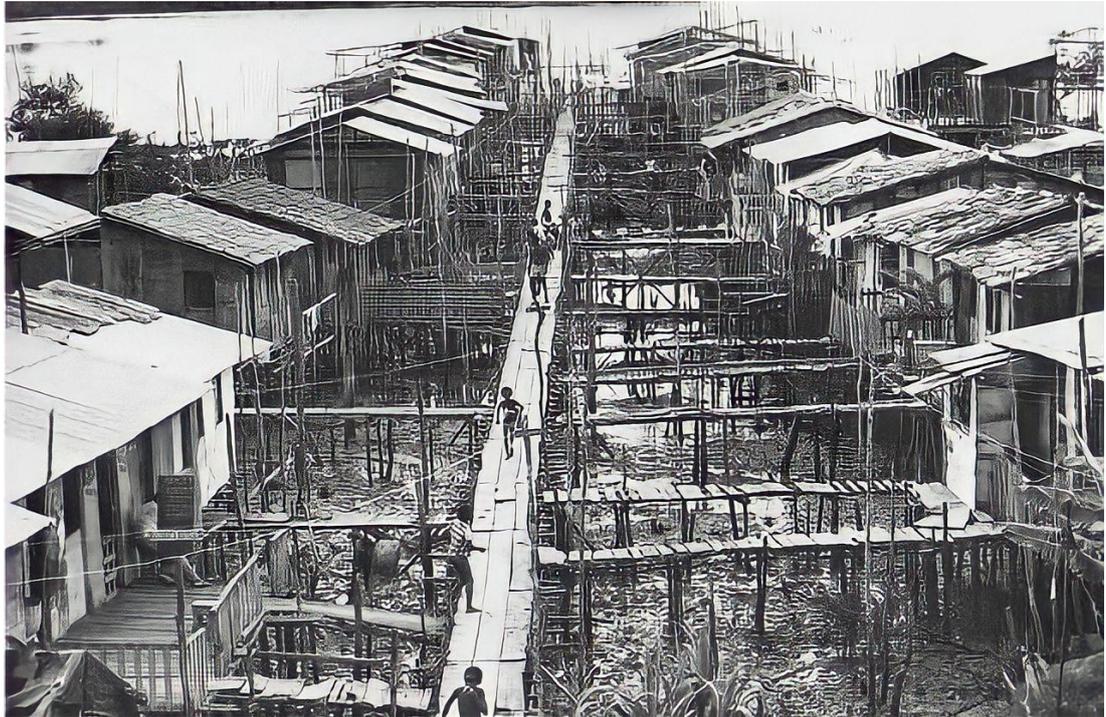
nas franjas da economia escravista, agrária, exportadora e mercantil, tivemos sim “tentativas” de industrialização [em Salvador]. A fábrica de Luiz Tarquínio, por exemplo, fundada em 1891, produziu e vendeu tecido de uma ponta a outra do país: “[...] a fábrica da Boa Viagem, propriedade da Companhia Empório Industrial do Norte, foi uma das maiores fábricas de tecido do Brasil até 1946”. (SAMPAIO, 1975, p. 223) Diante da intensa concorrência com a indústria têxtil inglesa e das dificuldades decorrentes da política de preços e das taxas alfandegárias, a Companhia Empório Industrial do Norte, a partir dos anos 1950, começou a passar por dificuldades, fechando em 1973. O sucesso e insucesso financeiro da indústria têxtil localizada na Península de Itapagipe, em Salvador, estiveram associados, ao longo da sua existência, à concorrência e a crises internacionais e do Centro-Sul, ao preço das matérias-primas, ao “atraso” e à dependência tecnológica externa, com reflexo no tipo de produção: “os tecidos mais finos começaram a ser produzidos demasiado tardiamente, quando o mercado para esse tipo de tecido já estava em mão de fábricas do Sul do país”. (SAMPAIO, 1975, p. 228) O fato é que, entre os anos 1920 e 1940, Salvador passou por um vertiginoso processo de desindustrialização (Santos et all, 2021, p. 164).

É o petróleo, no Recôncavo Baiano, e a inserção da Bahia e do Nordeste em um novo patamar e padrão de desenvolvimento que redesenha a economia da cidade do Salvador e, conseqüentemente, da região de Itapagipe, lugar do trabalho e de moradia de trabalhadores das várias atividades, que conformaram a economia local, em seguida, passando a ter um processo de ocupação desordenada, precarizando locais menos acessíveis e constituindo os bairros mais populares do território. Surge, então, Alagados, cujo alto grau de precariedade da moradia e a nítida vulnerabilidade da população o tornou conhecido nacionalmente. Segundo Carvalho (2002), a principal característica dessa ocupação é a precariedade:

é a construção de casas de madeiras sobre palafitas em áreas alagadiças, compreendendo parte dos bairros de Massaranduba – que abriga os aglomerados de Baixa do Petróleo e Mangueira onde se deu início ao processo de ocupação de Alagados no ano de 1946; Jardim Cruzeiro - onde se situa a chamada invasão de Caminho de Areia, posteriormente denominada Vila Rui Barbosa que sofreu um processo de invasão no ano de 1949; Itapagipe – palco das ocupações em 1942; Uruguai – ocupação iniciada nos começo dos anos 50 e Lobato – mais especificamente a península de Joanes, limite norte de Enseada dos Tainheiros e início da Avenida Suburbana, também palco de ocupações que datam do início da década de 50 (Carvalho, 2002, p 85)

Em sua referência, a banda Paralamas do Sucesso compôs uma música famosa, cujo título repete o nome do bairro. O refrão diz, “Alagados, Trenchtown, Favela da Maré; a esperança não vem do mar; nem das antenas de TV; a arte é de viver da fé; Só não se sabe fé em que” (Paralamas Do Sucesso, 1986). Na música, a banda compara o bairro de Alagados com os bairros de Trenchtown e Favela da Maré, que ficam em Kingston, na Jamaica, e Rio de Janeiro, respectivamente.

Figura 3 - Alagados, década 70



Fonte: Brito, 2022

Esse processo histórico fez da Península Itapagipana um local pobre, do ponto de vista das tramas econômicas, da produção e circulação de capital, porém, plural e rico culturalmente. Rodas de capoeira, festas populares, competições esportivas, prédios históricos, o sorvete, as igrejas. Então, considerando os aspectos sociais do território que o caracteriza como uma região carente de emprego e renda para sua população.

Considerando as potencialidades culturais para o turismo que a península oferece, cabe, aqui, colocar a seguinte questão: ***O turismo na Península de Itapagipe pode se constituir em uma alternativa, como estratégia de desenvolvimento local para a comunidade?*** A resposta a essa questão é afirmativa, mas requer a problematização e reflexão sobre esse território e a sua inserção no contexto da cidade de Salvador e de sua região, no atual cenário e padrão de desenvolvimento de cunho marcadamente neoliberal – cuja principal característica é a financeirização e mercantilização de bens, serviços e de relações, inclusive no âmbito propriamente cultural.

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é apresentar uma proposta de Rota Turística da Península Itapagipana, que promova o desenvolvimento local. São os seguintes os objetivos específicos do presente trabalho: (i) caracterizar o território de Itapagipe; (ii) mapear as diversas possibilidades de atrações turísticas da península; e (iii) propor alternativas inovadoras de

participação da comunidade na elaboração de soluções para os problemas do turismo local. Fundamenta o presente trabalho a reflexão crítica sobre os conceitos de desenvolvimento local, território, turismo e participação e suas respectivas relações. As principais referências utilizadas são Francisco de Oliveira, Milton Santos, Paul Claval e Bernard Pecqueur.

As reflexões em torno do conceito de Desenvolvimento Local de Francisco de Oliveira têm um papel fundamental na reflexão e na proposta aqui apresentada, principalmente no que tange a dimensão da cidadania dos sujeitos sociais que integram a península. A noção de desenvolvimento, em seu sentido mais amplo e com recorte local, não pode ser concebida em sua dimensão estritamente econômica, ela precisa abarcar os vários aspectos da vida e, sobretudo, está associada à melhoria da qualidade de vida dos moradores de Itapagipe. Nesse sentido, as questões sociais, associadas ao conceito de desenvolvimento humano, ganham especial destaque – questões como educação, saúde, trabalho e qualidade urbano-ambiental são referências para caracterizar o que aqui compreendemos como desenvolvimento, destacando-se, adicionalmente, o fato de que, em Salvador e Itapagipe, qualquer abordagem relativa ao acesso ao trabalho, à economia, ao que podemos qualificar como desenvolvimento, precisa levar em conta determinações de gênero e de raça.

A noção de sustentabilidade ambiental está presente na pesquisa e está relacionada com o conceito de desenvolvimento local, que fundamenta o presente trabalho. De maneira geral, a proposta de Rota Turística desta pesquisa tem a pretensão de estar conectada a uma ideia ampla e multifacetada de desenvolvimento: Econômico, Humano, Local e Sustentável, ancorada na cidadania da comunidade.

A proposta de Rota Turística da Península de Itapagipe, aqui apresentada, tem como principal pressuposto a necessidade de estimular, na escala do território, iniciativas voltadas ao desenvolvimento da Península de Itapagipe. O turismo tem potencial de estimular diversas atividades econômicas de um território que tem um grande potencial turístico. Este trabalho apresenta uma proposta que valoriza o turismo como alternativa de dinamização da economia e promoção de desenvolvimento, que se preocupa com o fato de que qualquer iniciativa dessa natureza deve estar voltada para a melhoria da qualidade de vida dos moradores de Itapagipe, evitando qualquer forma de gentrificação.

A presente pesquisa se baseará numa abordagem metodológica qualitativa. Como se objetiva apresentar uma proposta de desenvolvimento a partir do turismo, é importante que a metodologia permita compor os elementos necessários para o entendimento do território, suas potencialidades turísticas e limites para uma proposta desta natureza.

É importante registrar que o autor é nascido e criado no território e sua família tem o mesmo histórico. Avós maternos nascidos no interior do estado, mas residentes de muitos anos em Monte Serrat, onde casaram e tiveram filhos. Avós paternos também nascidos no interior e que também casaram e tiveram seus filhos residindo, por muitos anos, no Bonfim. Pai e mãe nascidos na cidade baixa, onde casaram e tiveram seus dois filhos, Herbert e Raquel. Foi o conhecimento gerado pela vivência em Itapagipe que motivou a propor uma intervenção do turismo, em prol do desenvolvimento da região.

O desenho teórico e metodológico está estruturado a partir de uma breve revisão bibliográfica sobre os conceitos que estruturam o presente trabalho, particularmente sobre o conceito de desenvolvimento e seus desdobramentos e recortes. Os conceitos de Desenvolvimento Local, de Francisco de Oliveira (2002), além do conceito de território em Milton Santos (2001), são estruturantes na delimitação teórica e espacial da proposta. Adicionalmente, foi realizada uma pesquisa sobre o território considerando seus aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Ainda no desenho metodológico, foi feita uma pesquisa em fontes secundárias, para levantamento de informações sobre o território, sobre o turismo e informações sobre eventos culturais no território. Além disso, foi realizada pesquisa direta, como entrevistas e um grupo de discussão.

O trabalho, a seguir apresentado, se estrutura da seguinte forma: o capítulo 2, intitulado Turismo e Desenvolvimento local, faz um breve histórico do conceito de desenvolvimento, traz o conceito de desenvolvimento local, associado à cidadania, como referência do desenvolvimento e, também, as questões do bem viver e da sustentabilidade ambiental, para compor os conceitos aos quais este trabalho adere. Neste mesmo capítulo, também, se discute o que o turismo precisa ter para o desenvolvimento do território, de forma que se evite o processo de gentrificação. Esta proposta de Rota Turística da Península de Itapagipe está conectada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, por isso, se encaixa em uma agenda global de desenvolvimento.

O Capítulo 3, intitulado Participação no Território, traz o conceito de participação para compor a base teórica deste trabalho, de forma a referenciar a proposta apresentada. Esta participação tem dois aspectos fundamentais: o primeiro é a ideia da participação, no sentido de ter espaços de debate de discussão, em que a comunidade local possa expor críticas e sugestões, capazes de desenhar definitivamente a Rota Turística a ser implementada; o segundo aspecto, é a participação no sentido da organização da sociedade civil na implementação e no

desenvolvimento das atividades econômicas, que serão potencializadas ou construídas a partir da execução desta Rota Turística. Essa abordagem é fundamental para que a proposta possa construir desenvolvimento local junto com a comunidade, evitando, assim, o processo de gentrificação na península de Itapagipe.

O capítulo 4, intitulado Procedimentos Metodológicos, discorre sobre o caminho percorrido pelo autor para produzir esta dissertação, apresentando os procedimentos e fontes utilizadas e, sobretudo, os recursos utilizados na construção da presente proposta de Rota Turística.

O capítulo 5 apresenta uma proposta preliminar de Rota Turística na península de Itapagipe. Essa proposta, que tem as dimensões de espaço e de tempo como estruturantes, é uma primeira abordagem e aproximação do que pode ser um projeto de desenvolvimento para esse território. O espaço se refere às atrações turísticas que estão distribuídas no território e que não carecem de um calendário para serem visitadas, como, por exemplo, a igreja do Nosso Senhor do Bonfim, a praia da Boa Viagem e o forte do Monte Serrat. A dimensão tempo são as atrações turísticas que demandam um calendário para serem visitadas, como, por exemplo, a procissão náutica de Bom Jesus dos Navegantes, a Lavagem do Bonfim e a regata da Ribeira.

Ainda no capítulo 5, a Rota Turística é apresentada de forma delimitada, identificando um percurso a ser estabelecido. Também é apresentada uma proposta de participação cidadã da comunidade e das atrizes e atores locais na construção definitiva da Rota, com sugestões de elementos, características e condições necessárias à implementação de uma rota turística que atenda as demandas da comunidade e que esteja engajada nos processos conjunturais, seja municipal, estadual, nacional e até internacional.

Por fim, o capítulo 6, traz a reflexão da proposta apresentada, do trabalho realizado, juntando elos entre todos os elementos colocados e refletindo sobre as consequências do trabalho apresentado.

A Rota Turística Cultural na Península Itapagipana, proposta nesta pesquisa, se baseia em dois elementos fundamentais do conceito de Tecnologia Social. Primeiro, a questão da apropriação por parte da comunidade. Este elemento do conceito se relaciona tanto com a visão de desenvolvimento como a compreensão de que turismo deve ser estruturado no território e pelo território.

A segunda questão é a replicabilidade da proposta. Apesar de ser uma proposta localizada em um território e identificada as questões locais, a ideia de constituir uma Rota Turística pode ser levada para outras localidades, contanto que estas tenham potencial turístico e que seja

construído de forma que tenha a participação efetiva dos seus moradores, como elemento estruturante.

Esses dois elementos são fundamentados na contribuição de Ladislau Dowbor (2014), que diz que “tecnologias sociais se caracterizam, de forma geral, pela possibilidade de sua efetiva apropriação por parte da sociedade, por serem reaplicáveis em diversos meios e condições, e por contribuírem para os equilíbrios econômicos, sociais e ambientais” (DOWBOR, 2014).

Nesse sentido, o Roteiro Turístico Cultural de Itapagipe pode ser uma alternativa de desenvolvimento local, com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais, geração de emprego e renda para a população local. Um dos seus desafios é fazer com que a criação e potencialização das alternativas de desenvolvimento local sejam feitas pelos seus moradores, e que tenham, como principais beneficiários, eles próprios. Essa é uma proposta gestada no âmbito da Universidade, porém só terá significado se puder ser construída de forma conjunta, com os moradores e representantes das lideranças de Itapagipe – a sua possibilidade de implementação nos situa no campo das lutas políticas, da disputa entre projetos e modelos de desenvolvimento, que envolvem os moradores da península, a cidade do Salvador e da sua região.

2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo faz um breve histórico do conceito de desenvolvimento e faz uma articulação entre os conceitos de desenvolvimento local e cidadania, tendo, como referência, elementos estruturantes do que pode ser considerado como o bem viver, a sustentabilidade e o combate à gentrificação, ou seja, a implementação de modelos e padrões de desenvolvimento que beneficiem alguns segmentos sociais, em detrimento do morador do lugar, do cidadão.

2.1 DESENVOLVIMENTO, UM BREVE HISTÓRICO

Os distintos campos do conhecimento utilizam o conceito de desenvolvimento a partir dos mais variados conceitos. Essas diversas visões dão, a este conceito, um caráter polissêmico. A economia, as ciências sociais, ambientais, a administração, a geografia, cada uma destas áreas ou campos de conhecimento têm sua abordagem para o conceito de desenvolvimento, incorporando seus olhares e acrescentando ideias. Desenvolvimento humano, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e desenvolvimento sustentável, essas são composições possíveis, dentre tantas outras, que buscam circunscrever visões e campos, do que pode ser qualificado como desenvolvimento.

Tradicionalmente, e de uma maneira geral, o conceito de desenvolvimento está associado à economia, a crescimento econômico. Quando, no senso comum, se fala em desenvolvimento do país ou desenvolvimento de um município, de imediato vem, implicitamente, a dimensão econômica. Por outro lado, o desenvolvimento tem uma dimensão globalizante, que faz relação com muitos elementos da vida em sociedade (Santos, 2020).

Considerado como fenômeno complexo, o desenvolvimento econômico constitui uma matriz interpretativa de fatos e processos econômicos, políticos e sociais relativos à estabilidade e à mudança imanente a quaisquer totalidades culturais (Santos, 2020, p. 144).

Esse debate sobre desenvolvimento traz uma reflexão a partir de uma perspectiva mais ampla, que diz respeito à complexa relação entre as dimensões materiais e simbólicas do que pode ser concebido como desenvolvimento. As sociedades chamadas como tradicionais são sociedades “atrasadas”, “subdesenvolvidas”? Quais os pressupostos que fundamentam tais considerações? O antropólogo Pierre Clusters, na sua obra intitulada *A Sociedade Contra o Estado* (1978), questiona que, para sociedades primitivas, a ausência do Estado e a inexistência de tecnologias não as caracterizam como sociedades inferiores, involuídas. Clusters (1978)

afirma que presumir que lhes faltam o Estado e tecnologias, nesta sociedade, é um julgamento de quem consideram, previamente, que é necessário a presença do Estado e de tecnologias. Nesse sentido, são muitas as possibilidades de compreensão das sociedades tradicionais e a própria noção de desenvolvimento:

Esta gente, à primeira vista, parece miserável, mas eles são efetivamente mais felizes que os europeus, ignorando as curiosidades e as comodidades supérfluas que na Europa se adquirem com tanto trabalho; (...) a terra lhes fornece os elementos necessários à vida, as madeiras e as ervas, o algodão, peles de animais (...); não almejam essa magnificência de habitação mobiliadae bem equipada, que só fazem excitar a ambição e lisonjear durante algum tempo a vaidade, sem tornar o homem mais feliz; o que é ainda mais notável é que eles se apercebem de sua felicidade

(...) quando nos vêm ir à cata de dinheiro com tanta fadiga. (...) Possuem também muitos remédios naturais (...). A pesca é muito abundante nas inúmeras enseadas da ilha e da terra firme, onde se pode comodamente pescar; (...) A caça não é menos abundante que a pesca; mas os bosques são de tão difícil acesso que é quase impossível (...) “Relato de Amédée Frézier, navegador francês sobre sua estadia na Ilha de Santa Catarina em 1712 (Silva, 2008, p. 49. Apud Haro, 1996 p. 24)

No decorrer da história, muitas visões do desenvolvimento foram debatidas, mas o marco mundial para o tema foi a Segunda Guerra Mundial. O conceito de desenvolvimento surge com o capitalismo, no final do século XIX (Bresser-Pereira 2003). Com a crise de 1929, a política estadunidense do *New Deal* de recuperação da economia, reforça a noção de desenvolvimento.

De fato, o conceito de desenvolvimento tem um significado histórico muito importante. Segundo Esteva (2009), com o fim da 2ª Guerra, os Estados Unidos passaram a ser a nação hegemônica do sistema capitalista e precisava ampliar e consolidar os seus domínios. Para isso, abriu uma nova era de expansão capitalista. Os países da periferia do capitalismo foram chamados, genericamente, de subdesenvolvidos, sendo exportado, para esses países, um modelo de desenvolvimento hegemônico, que não dialogava com as realidades e a cultura local.

A Organização das Nações Unidas teve papel fundamental na mundialização da política de levar desenvolvimento aos países. A ONU foi criada em 1945 e, nos anos seguintes, foram criadas cinco comissões econômicas, para diferentes regiões do mundo, em diferentes momentos: a Comissão Econômica para a Europa (ECE) e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP) foram criadas em 1947; a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948; a Comissão Econômica para a África (ECA) foi criada em 1958; e a Comissão Econômica e Social para o Oeste Asiático (ESCWA) foi criada em 1973.

A política de levar o “desenvolvimento” aos “subdesenvolvidos”, além de orientar as relações dos países capitalistas, abriu mais espaço e deu mais importância para as teorias do desenvolvimento. Carvalho (2021) identifica os principais marcos teóricos sobre o desenvolvimento:

As teorias do desenvolvimento ganharam maior importância política e social nesse período, no qual a economia do desenvolvimento emergiu como novo campo de pesquisa, destacando-se os estudos do economista norte-americano Walt Whitman Rostow, a teoria do desenvolvimento econômico do economista austríaco Joseph Alois Schumpeter, a economia política do desenvolvimento latino-americano de Raul Prebisch e Celso Furtado, a economia do desenvolvimento do economista alemão Albert Hirschman, a teoria do desenvolvimento como liberdade do economista indiano Amartya Sen, a teoria evolucionária dos economistas norte-americanos Richard R. Nelson e Sidney Winter (Carvalho, 2021, p 21).

Entretanto, bipolaridade global entre capitalismo e socialismo, no pós-guerra, demandou dos países capitalistas respostas imediatas às questões próprias deste período. A Europa, arrasada pela guerra, precisava ser reconstruída e a relação com os países pobres precisava ser consolidada, inclusive diante do risco e da ameaça socialista.

Abriu-se, então, o tempo de construção, debate e embates em torno do conceito de desenvolvimento. É vasta a literatura que tenta explicar os processos mais gerais e, muitos desses trabalhos, de forma às vezes prescritiva, se referem a etapas do que se convencionou chamar de desenvolvimento. Rostown (1961), por exemplo, identificou etapas do desenvolvimento para as sociedades: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa:

Primeiramente, temos a sociedade tradicional. Uma sociedade tradicional é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtonianas.

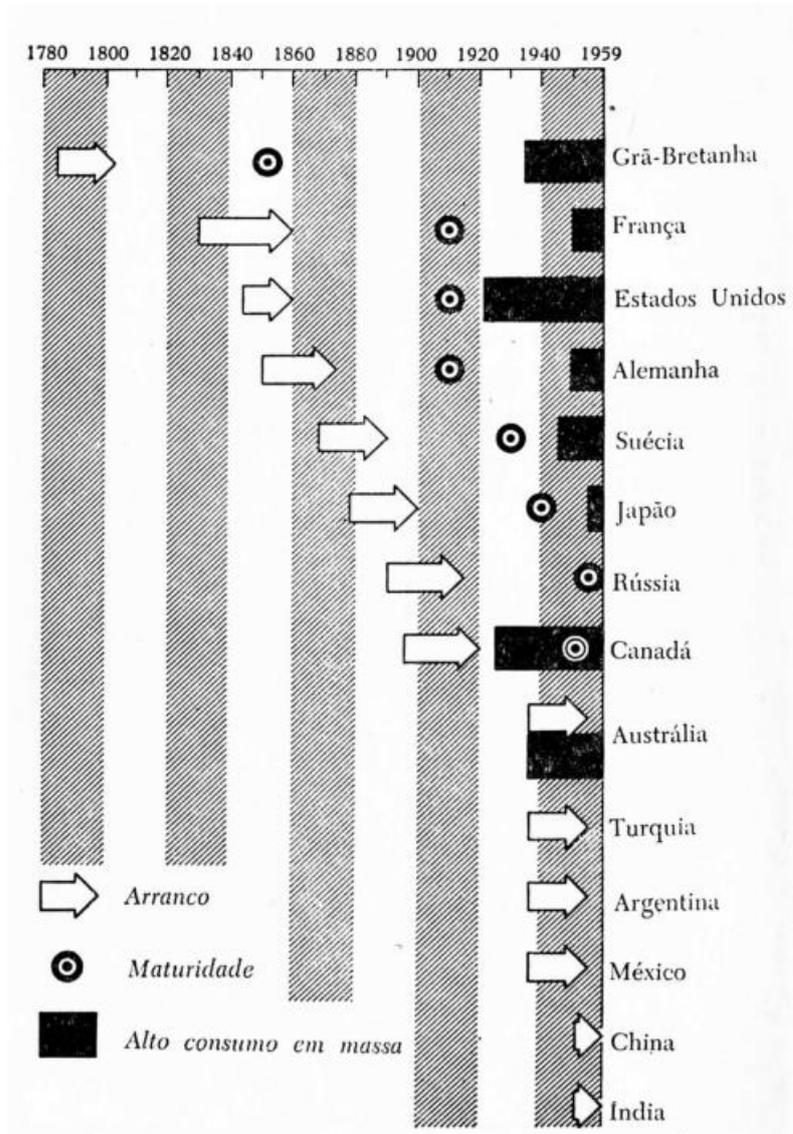
... A segunda etapa do desenvolvimento abarca sociedades em pleno processo de transição; isto é, o período em que as condições para o arranco se estabelecem.

... a terceira etapa desta sequência, o arranco. É ele o intervalo em que as antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular são afinal superadas. As forças que contribuem para o progresso econômico, e que já haviam dado lugar a surtos e ilhotas de atividade moderna, dilatam-se e conseguem dominar a sociedade. - O desenvolvimento passa a ser sua situação normal. Os juros compostos como que se integram em seus hábitos e em sua estrutura institucional.

... Após o arranco, segue-se um longo intervalo de progresso continuado, embora flutuante, à medida que a economia agora em firme ascensão procura estender a tecnologia moderna a toda a frente de sua atividade econômica.

... Chegamos agora à era do consumo em massa, em que, no devido tempo, os setores líderes se transferem para os produtos duráveis de consumo e os serviços. (Rostow, 1961, p. 16-23).

Figura 4 - Etapas do Desenvolvimento de Rowtow



Fonte: produzido por The Economist e publicado em Rostow (1961).

A importância de Rostow está relacionada ao fato de ter sido uma das principais, e primeiras, teorias do desenvolvimento, que relacionava esse fenômeno diretamente com crescimento econômico. Para Carvalho (2021), essa teoria colocava os países desenvolvidos e subdesenvolvidos em uma mesma trajetória de modernização, existindo um padrão no qual as nações subdesenvolvidas poderiam chegar, ou seja, o crescimento/desenvolvimento implica na superação de estágios. É possível alcançar os mesmos “estágios” e “estados” de desenvolvimento dos países capitalistas do Norte, do “centro”. É quase que uma questão de tempo e de capacidade de superação do atraso. Esse tipo de abordagem desconsiderava o processo histórico do crescimento econômico e industrial, dos países centrais do capitalismo, e

ignorava as condições de subordinação das nações subdesenvolvidas, do ponto de vista do poder global.

Outro pensador importante, nesse debate, foi Schumpeter, um dos mais relevantes do século XX. Segundo Quinzane (2019), um primeiro aspecto importante da teoria de Schumpeter é a constatação de que o desenvolvimento econômico está relacionado ao processo de inovação. Então, novas empresas, novos produtos, novos processos, levam ao crescimento econômico, justificando a necessidade de investimentos em inovação, que são fundamentais para dinamizar o crescimento econômico. O segundo aspecto está relacionado ao primeiro, que é o fato de que novos empreendimentos e o fim de antigos, geram desenvolvimento:

Na segunda consideração, Schumpeter vai distinguir o crescimento do desenvolvimento, embora isso tenha um efeito mais instrutivo do que teórico. O autor vai definir o crescimento como resultado de incrementos cumulativos e quantitativos que transcorrem de um determinado sistema econômico, mantendo a ideia de que o desenvolvimento é um processo de mudança qualitativa na forma de organização desse sistema, criada a partir da inovação de uma maneira que quebre o seu fluxo habitual e ordenado (Quinzane, 2019. Apud Schumpeter, 1982, p. 28).

A obra de Celso Furtado traz novos elementos a essa reflexão e ganha destaque no cenário global da teoria do desenvolvimento, com grande repercussão nos países da América Latina. Sua visão parte do princípio que, para conceber uma teoria do desenvolvimento para os países tidos como subdesenvolvidos, era necessário partir da observação histórica desses países (Carvalho, 2021).

Para Celso Furtado (s.d.), os países subdesenvolvidos não poderiam alcançar o mesmo nível de “progresso” econômico e social dos países desenvolvidos, seguindo o mesmo modelo de desenvolvimento. Essa ideia é um mito, na medida que ignora as diferenças estruturais entre o centro e a periferia do sistema capitalista, o que causa dependência e desigualdade entre as nações.

Sendo assim, a concepção de desenvolvimento como simples resultado do crescimento econômico é limitada e insatisfatória, se lavarmos em conta a potencialidade desse conceito. Quando se trata de uma simples associação ao crescimento econômico, a perspectiva teórica é débil e não consegue equacionar problemas estruturais que possam referenciar projetos de desenvolvimento de uma sociedade, que tenha, como pressuposto, o conceito de condições ou qualidade de vida:

a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções das tarefas básicas de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (Furtado, s.d. p. 75).

Sendo assim, para que haja desenvolvimento em um sentido pleno, é necessário que outros aspectos e elementos façam parte da definição desse conceito. O primeiro aspecto é a dimensão processual do conceito: desenvolvimento não é um momento específico, tampouco ações específicas do Estado ou dos atores sociais. Desenvolvimento é um processo de transformação da sociedade, que articula diversos aspectos da vida social, econômica e política (Quinzane, 2019 apud Furtado, 1981).

O pensador indiano Amartya Sen (2000), em "O Desenvolvimento como Liberdade", analisa o conceito de desenvolvimento criticamente e elabora uma análise, se contrapondo às ideias que centravam suas visões, em aspectos como crescimento do Produto Interno Bruto, tecnologia ou processo de industrialização. De acordo com Sen (2000), a liberdade alcançada pelas pessoas é um dos objetivos do desenvolvimento, relacionando, inclusive, o grau de liberdade alcançada com o nível de desenvolvimento, ou seja, quanto mais desenvolvida é uma sociedade, mais liberdades gozam os seus indivíduos.

O crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (Sen, 2000 p. 29).

Mais recentemente, no Brasil, surgem os conceitos de Novo Desenvolvimento, por Aloisio Mercadante Oliva e Bresser Pereira. Para Oliva (2010), há ineditismo no Novo Desenvolvimentismo Brasileiro, ao combinar crescimento sustentado, estabilidade econômica, distribuição de renda, consolidação da democracia, agenda ambiental e protagonismo internacional do Brasil:

o objetivo essencial desta tese é demonstrar que a soma de todos esses elementos iniciou um novo processo de desenvolvimento que se distingue não apenas do que se convencionou chamar de modelo neoliberal, mas também do antigo nacional desenvolvimentismo. Começou-se a gerar, de fato, no Brasil, o que denominamos aqui de "Novo Desenvolvimentismo", centrado, em sua primeira etapa, na distribuição de renda, inclusão social e combate à pobreza (Oliva, 2010 p. 9).

Já Bresser-Pereira (2016) considera que o Novo Desenvolvimentismo se subdivide em três elementos: a economia política, que trata da distribuição de renda, ordem pública, educação pública, a inserção soberana no cenário internacional e a democracia, como base para o desenvolvimento; a microeconomia, basicamente incorporando atividades produtivas mais sofisticadas, que rendem mais e pagam melhores salários; e a macroeconomia, que se sustenta em cinco pontos (a taxa de lucro satisfatória para os investidores; taxa de juros baixas; taxa de

câmbio competitiva no cenário internacional; taxa de salários que permita a taxa de lucro; e inflação baixa).

Esse conceito, a partir de Bresser Pereira, ganha uma configuração de natureza mais social e ambiental, nas últimas décadas, a partir de mudanças político partidárias do referido autor – originalmente, associado ao modelo neoliberal dos anos noventa, implementado no Brasil.

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E A CIDADANIA

Avancemos no debate sobre desenvolvimento, estabelecendo um recorte no conceito, particularmente a partir do que pode ser qualificado como “desenvolvimento local”, que tenta escapar da dimensão economicista do debate, aqui referido, e que se aproxima na noção de Novo Desenvolvimento. As principais referências aqui utilizadas são Francisco de Oliveira, Bernard Pecqueur, Milton Santos, José Luiz Santos e Paul Clava. O debate em torno do conceito de desenvolvimento local é bastante rico e temos definições que, às vezes, podem ser consideradas como opostas. Como afirma Mello (1996), de um lado, temos alguns autores que reforçam o caráter virtuoso do desenvolvimento, na escala do lugar, e, de outro, os que consideram essa escala como sendo a própria materialização do que a sociedade brasileira tem de mais degradante, em termos da construção de modelos, e, inclusive, de práticas de gestão e da política:

De um lado, estão aqueles que entendem o fortalecimento dos níveis subnacionais de governo como um processo virtuoso que não só robustece a democracia, como também produz uma maior eficiência alocativa no sistema de governo. A competição entre unidades federadas é vista como geradora de inovações no sistema público.

De outro lado, estão aqueles para quem os estados e municípios são *loci* de clientelismo e ineficiência, sendo que sua autonomização representa fonte importante de ingovernabilidade. Além disso, argumentam que a irresponsabilidade fiscal nesses níveis compromete os esforços de estabilização do governo central. Nessa perspectiva, a guerra fiscal entre estados e municípios expressaria a perda de rumo e a ausência de coordenação quanto à estratégia nacional de desenvolvimento. (MELO, 1996, p 11)

Uma referência importante, nesse debate, foi a experiência desenvolvida pelo Instituto Cidadania, que propõe uma Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local, entre os

anos de 2005 e 2006¹. Segundo a referida proposta de política, é preciso reinventar o conceito de desenvolvimento local:

O desenvolvimento sempre foi visto como processo que chega a uma região ou desce de esferas superiores, sob a forma de investimentos públicos ou instalação de empresas privadas. A modernização, no sentido amplo de geração de emprego e renda, valorização da pequena e média empresa, combate à pobreza, redução das desigualdades, provimento de políticas públicas de qualidade, tende a ser vista como dinâmica que vem de fora e que a comunidade espera de forma passiva. Décadas de experiências com projetos de desenvolvimento comprovam, no entanto, que a capacidade de auto-organização local, a riqueza do capital social, a participação cidadã e o sentimento de apropriação do processo pela comunidade são elementos vitais em sua consolidação (Instituto Cidadania, 2006, p 09).

Outro aspecto que a referida proposta de plano traz é a importância da organização e articulação local dos sujeitos sociais, interessadas no desenvolvimento do território, a necessária construção de espaços de mobilização de debates – elementos que são fundamentais para que as atividades produtivas sejam pactuadas e os arranjos sociais sejam capazes de envolver o conjunto da comunidade, em prol da melhoria da qualidade de vida:

O desenvolvimento não é, meramente, um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico. É uma dinâmica cultural e política que transforma a vida social. Inúmeros municípios, regiões, comunidades, cidades – as diferentes subdivisões que compõem os territórios locais – se deram conta desta dimensão do desenvolvimento. Construíram espaços de mobilização democrática e produtiva, onde os atores sociais – administrações públicas, empresas, sindicatos, organizações da sociedade civil – se organizam para mobilizar. Deixaram de esperar, arregaçaram as mangas e já dinamizam um conjunto de atividades, partindo de novos pactos e arranjos sociais e da mobilização dos recursos disponíveis. Os aportes externos são importantes, mas devem existir como complementos a uma dinâmica que pertence à própria sociedade local. (Instituto Cidadania, 2006. P 10).

A tese central desse esforço de construção de uma política nacional de desenvolvimento local consiste em fazer chegar aos setores, segmentos considerados como subalternos da economia, as oportunidades, que, tradicionalmente, alimentaram os circuitos superiores da economia:

Não se trata de uma alternativa entre dar o peixe ou ensinar a pescar. Ninguém consegue pescar passando fome. Mas se trata de municiar as comunidades para que

¹ Essa iniciativa envolveu Instituto Polis, Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa, Fundação Banco do Brasil, ONGs ligadas ao tema, sócios de cooperativas e militantes da chamada economia solidária, especialistas, estudiosos e prefeitos. A pesquisa realizada recolheu contribuições de 5.637, das 27 unidades da Federação, entrevistas qualitativas com 25 especialistas do Brasil e 34 de países sul-americanos (Chile, El Salvador, Uruguai, Peru, Argentina, Equador e México). Foram feitas plenárias mensais, reunindo, em média, 50 especialistas de vários estados, representando entidades conceituadas, como ASA, Cepam, Ecosol, Expo-Brasil Desenvolvimento Local, Fase, GTA, Ibam, Ildes, Instituto Ethos, Ipso, Iser, Pastoral da Criança, RTS, Unisol, bem como gestores de nove ministérios e duas secretarias estaduais, oito empresas estatais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco do Estado de Santa Catarina, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Radiobrás, Eletrobrás e Petrobras), além de organismos da ONU (PNUD, OIT e BIRD), universidades de vários estados e estudiosos do tema (PPNADL, Setembro 2006).

possam participar de forma ativa no crescimento nacional, mediante iniciativas autônomas de desenvolvimento local, capazes de gerar, relativamente aos programas de redistribuição, o complemento estrutural de inserção econômica e social. (Instituto Cidadania, setembro 2006, P. 11)

É corrente a convicção, em setores das elites brasileiras, de que as pessoas na base da sociedade representam um ônus. Na realidade, é preciso reconhecer que essas pessoas foram privadas das oportunidades a que têm direito e que oportunidades se organizam e se multiplicam. Apostar na capacidade produtiva da base social do país é essencial no atual processo histórico de reconstrução nacional, assim como é essencial eliminar os entraves que impedem esse potencial de se materializar. Os pobres não vivem em situação precária por falta de criatividade ou vontade, mas por insuficiência e pouca articulação dos sistemas de apoio. (Instituto Cidadania, setembro 2006, p 12)

Nesse contexto, a possibilidade de desenvolvimento está associada a um projeto mais amplo de democratização e de descentralização das oportunidades e de dinamização da economia, de forma mais ampla, envolvendo setores e segmentos historicamente excluídos:

O desenvolvimento econômico real – inclusivo, participativo e democrático – não é promovido só de cima, ou só de baixo, mas resulta da articulação inteligente de diversos tipos de aportes. O “circuito superior” da economia, para utilizar a categoria de Milton Santos, tende a ter os apoios necessários. A necessária recuperação de equilíbrio situa-se, hoje, na área do “circuito inferior”, que apresenta um imenso potencial não só em termos produtivos, mas também de redução das desigualdades herdadas, através da inclusão sócio-produtiva com sustentabilidade.’ (Instituto Cidadania, setembro 2006, p 17)

Essa política nunca chegou a ser implementada no seu conjunto. O Brasil experimentou, ao longo dos anos 2003 a 2016, construir uma série de experiências localizadas e mesmo uma tentativa de implementação de uma política de desenvolvimento no campo da economia solidaria, que trouxeram resultados ricos em termos de possibilidades. Entretanto, em função das circunstâncias políticas, muitas dessas possibilidades foram abortadas, sem que tivéssemos as condições necessárias para o seu amadurecimento e mesmo a sua avaliação.

Retomamos esse debate e nos reportamos ao conceito de desenvolvimento local em condições bastante diferenciadas das anteriormente referidas e o fazemos a partir de um conceito de desenvolvimento local particular. Uma primeira referência é a definição de Tânia Fischer (2002), em trabalho considerado como marco no debate sobre limites e possibilidades do conceito de desenvolvimento local. Para Fischer, desenvolvimento local são arranjos produtivos capazes de gerar integração:

Projetos focados na cooperação e aprendizagem, capazes de gerar novos arranjos produtivos ancorados no território, de articular e integrar serviços, infraestrutura, crédito, inovação tecnológica e mercado (Fischer, 2002, p. 17).

A dimensão social do conceito aparece, então, em destaque. Trata-se de buscar maior equilíbrio territorial e gerar emprego e renda:

Proposta de “desenvolvimento mais equilibrado territorialmente”, capaz de estimular iniciativas locais de “gerar emprego e renda e enfrentar a pobreza e marginalização”, capaz de interligar o “social” e o “produtivo” (Fischer, 2002, p 26).

Desse modo, o desenvolvimento tem sim uma dimensão territorial, ou setorial, e se reporta a um lugar específico, a uma região, um setor ou atividade produtiva, a um conjunto de relações sociais, envolvendo interação e conflito em torno de interesses diversos. Em torno desses elementos, giram as noções de identidade, pertencimento, vínculos afetivos e a própria noção de solidariedade (Fischer, 2002). Estamos, portanto, no contexto da implosão, da superação da dimensão estritamente econômica do conceito de desenvolvimento e da dimensão estritamente territorial do conceito de local. Nesse contexto, a conjugação entre desenvolvimento e território passa a estar impregnada de significados propriamente sociais, reportando-se, sobretudo, à noção de relação social. O Local, aqui, não é, portanto, espaço físico, mas como um conjunto de relações, que se estruturam das mais distintas formas – definitivamente, o Local é uma construção social, plena de significados:

Portanto, quando se fala em local, não se está circunscrevendo o conceito à rua, ao bairro ou mesmo à cidade. O universo de análise é mais amplo e abstrato, podendo estar relacionado ao bairro e município, como contornos do local, mas não necessariamente (Fischer, 1992, p 105).

A definição aqui apresentada comporta uma ampla possibilidade de materialização. Pode, de forma mais convencional, ser expressão espacial de um novo arranjo industrial “pós-fordista”, reprodução da lógica capitalista global em escala local, ou seja,

produção, ainda que em escala mais reduzida, de desigualdade de recursos e poder; de formas de sociabilidade empobrecidas, produzidas pela concorrência e pelo estímulo individual, advindo da cobiça e do medo; e, finalmente, pela exploração crescente dos recursos naturais (Caldas & Martins, 2004; Benko e Lipietz, In Caldas & Martins, 1994).

E pode, também, se constituir em um projeto de caráter contra hegemônico, no qual “o local, enquanto espaço e território permeável à produção de experiências de resistência e/ou contra hegemônicas, caracteriza-se por produzir espaços nos quais predominam os princípios da igualdade e solidariedade (...)” (Caldas & Martins, 2004).

A principal referência na definição do conceito de *Desenvolvimento Local* aqui utilizada vem, como anteriormente referido, da obra de Francisco de Oliveira, e esse mesmo conceito se

articula com a noção de cidadania. Em geral, mesmo quando nos reportamos à noção de desenvolvimento local, destaca-se, ainda, o seu aspecto propriamente econômico, ou seu viés economicista – de maneira geral, o referido conceito sempre nos remete a questões relativas ao crescimento econômico, emprego e a renda. Nesse caso específico, a noção de desenvolvimento local passa a estar associada a possibilidade de desenvolvimento alternativo ao modelo hegemônico:

a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna. Essa separação aparece como vantajosa para os grandes grupos econômicos e grupos políticos que formam uma verdadeira oligarquia, mas é inteiramente daninha para o cidadão comum. Essa separação tampouco é dada: ela é produzida exatamente pelos grupos citados, como uma forma da dominação e para evitar que a democracia seja, realmente, o governo de todos. O desenvolvimento local poderia criar um locus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Sugere-se assim, que o governo poderia estar ao alcance das mãos dos cidadãos (Oliveira, 2001, p. 14).

O exercício pleno da cidadania é de extrema relevância para a visão de desenvolvimento que esta pesquisa se associa – o que, por sua vez, demanda uma visão crítica da sua inserção no contexto social, em suas mais variadas escalas. A comunidade local deve estar sempre sensibilizada em relação à compreensão de que está situada em uma região específica, em um estado da federação específico, e que sofre as consequências da dinâmica do capitalismo e do sistema internacional global (Oliveira, 2002). É necessário que os cidadãos tenham uma visão crítica da realidade, sendo capazes de perceber o sistema mais amplo que sua economia local está inserida.

A noção de cidadania que deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa; trata-se de uma aquisição por meio do conflito (Oliveira 2002 p. 12 -13).

A plenitude da cidadania também é o exercício da solidariedade e do respeito. É a defesa dos direitos humanos, da livre orientação sexual, do combate ao racismo e ao machismo, do respeito aos idosos, crianças e adolescentes. É a defesa da liberdade e da igualdade. Somente uma comunidade mobilizada nestes preceitos é que se pode construir o desenvolvimento local sustentável.

Assim circunscrito, o referido conceito extrapola a dimensão estritamente econômica, ou melhor dizendo, subordina a economia à sociedade. Nesse caso, associam-se o acesso e o direito

ao trabalho, à educação, à saúde, a um meio ambiente com qualidade e às distintas dimensões que conformam o conceito mais amplo de desenvolvimento. Dessa forma, o pensar e agir local se conecta com o conceito de *território* de Milton Santos (2001). Conecta-se ainda com o conceito de *cidadania* – dimensão decisiva para que exista, de fato, Desenvolvimento Local.

Ainda no contexto do debate sobre desenvolvimento local, é preciso destacar a dimensão propriamente endógena das propostas apresentadas (devidamente articulada com as demais instâncias de decisão e de determinação). Ao conceito de desenvolvimento local é necessário associar a noção de sustentabilidade, em suas dimensões econômica, social e ambiental, conceito a ser desenvolvido e aprofundado neste trabalho.

A proposta de Rota Turística desta pesquisa considera que é a potencialidade do território, da comunidade local, que permitirá “um processo de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população” (Buarque 2008). De maneira geral, a proposta rejeita as abordagens economicistas do conceito de desenvolvimento, se inspira em alguns dos princípios do novo desenvolvimentismo, mas, sobretudo, tem a pretensão de estar conectada à uma ideia ampla e multifacetada de Desenvolvimento Local e Sustentável, conceito ancorado na noção de autonomia da comunidade e de cidadania.

2.3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O BEM VIVER

Segundo Buss (2019), o termo “desenvolvimento sustentável”, apesar de aparecer há muitos anos na área da gestão de florestas, toma, a partir da década de 1970, outros significados. O conjunto de contribuições teóricas para o desenvolvimento sustentável evoluiu, entre 1972 e 1992, através de uma série de conferências das Nações Unidas.

Ainda segundo Buss (2019), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, de Estocolmo, realizada em 1972, foi a primeira grande atividade internacional a debater sustentabilidade, globalmente, o que levou a construção do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Foi em 1987, na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, que o termo “Desenvolvimento Sustentável” ficou mais conhecido. Nessa oportunidade, foi lançado o Relatório Brundtland, que incluiu a mais conhecida e usada definição do conceito:

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Ele contém dentro dele dois conceitos principais: o conceito de “necessidades”, em particular as necessidades essenciais dos pobres do mundo, às quais deve ser dada prioridade absoluta; e a ideia de limitações impostas pelo estado da tecnologia e da organização social à capacidade do ambiente de atender às necessidades presentes e futuras (World Commission on Environment and Development, 1987. p. 41).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida por Rio-92, por ter acontecido na cidade do Rio de Janeiro, se constitui em um novo marco na institucionalização do conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. Essa agenda global foi um marco, pela construção da Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, que diz, no seu princípio 1: “Os seres humanos estão no centro das preocupações para o desenvolvimento sustentável. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a Natureza” (ONU, 1992).

O ser humano deve estar em harmonia com sua comunidade e com a natureza, funcionando numa relação equilibrada e sustentável entre as pessoas e o meio ambiente. Segundo essa definição de Desenvolvimento Sustentável, a busca pelo equilíbrio e a justiça social, a preservação da natureza e o bem-estar da sociedade, devem ser priorizados em relação ao crescimento econômico (Buss, 2019);

Os direitos humanos e os direitos da natureza, que articulam uma “igualdade biocêntrica”, sendo analiticamente diferenciáveis, se complementam e transformam em uma espécie de direitos da vida e direitos à vida. É por isso que os direitos da natureza imbricados cada vez mais os direitos humanos, instam a construir democraticamente sociedades sustentáveis a partir de cidadanias plurais pensadas também desde o ponto de vista da ecologia (Acosta, 2016 p. 148 - 149).

Não resta dúvida de que a institucionalização desse conceito foi um avanço da discussão sobre o desenvolvimento em várias escalas. Esse processo de institucionalização, que já se constitui em resultado do debate em torno da crise ambiental, em muito tem contribuído para a mudança não apenas do discurso, mas de práticas – com especial ênfase nas intervenções privadas e públicas de maior porte.

Entretanto, é preciso destacar, temos assistido a um certo esvaziamento e despolitização dos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. A generalização do seu uso não tem correspondido às mudanças efetivas de práticas, não tem refreado a lógica desenvolvimentista, de caráter economicista, voltado, sobretudo, à acumulação e colocando, em plano secundário, questões de natureza social e ambiental.

Nesse contexto mais geral, muitas tem sido as tentativas de avançar e de inovar na construção de padrões de desenvolvimento que, de fato, associem a dimensão social e ambiental na escala do lugar. Mais recentemente, surge mais uma visão crítica à noção tradicional de desenvolvimento, que é o conceito de Bem Viver. Acosta (2016) discute como o Bem Viver pode ser considerado como uma abordagem alternativa ao desenvolvimento, questionando as noções convencionais de crescimento e progresso econômico. O Bem Viver é uma oportunidade para que se imagine um mundo onde o centro não é a acumulação de riqueza material, e sim a promoção do bem-estar para as pessoas e a sustentabilidade ambiental.

Esta economia, então, deve ser ambientalmente sustentável. Ou seja, deve assegurar desde o início e em todo momento processos econômicos que respeitem os ciclos ecológicos, que possam manter-se no tempo sem ajuda externa e sem que se produza escassez de recursos. E também deve ser sustentável em termos sociais, o que implica um sólido pilar democrático (Acosta, 2016 p. 183).

Acosta (2016) tece críticas ao processo de dependência dos países da periferia do capitalismo, em relação àqueles do centro, e defende o Bem Viver como uma alternativa ao desenvolvimento capitalista hegemônico. O Bem Viver é um processo de descolonização, de despatriarcalização, de superação do racismo, de preservação ambiental, mas, sobretudo, de “bons conviveres”:

O bem viver, ou melhor, os bons conviveres, é uma oportunidade para construir um mundo diferente, que não será alcançado apenas com discursos estridentes, incoerentes com a prática. Outro mundo será possível se for pensado e erguido democraticamente com os pés fincados nos direitos humanos e nos direitos da natureza (Acosta, 2016 p. 29).

O presente trabalho se associa a ideia de desenvolvimento sustentável, na medida que absorve a necessidade de dinamização da economia para o turismo, em uma proposta de desenvolvimento para o território. Entretanto, considera que o direito da natureza, a descolonização e outros elementos desta proposta podem, e devem, ser incorporados à ideia de promoção do desenvolvimento local. Este trabalho se associa, ainda, à ideia de Chico de Oliveira, entendendo que o desenvolvimento só é possível se houver participação e o exercício pleno da cidadania, tendo a intervenção sendo construída a partir das demandas objetivas da comunidade envolvida.

2.4 TURISMO E GENTRIFICAÇÃO

O termo “Turismo” tem sua origem na palavra francesa *tour*, que significa “dar uma volta”. Seu surgimento é datado de forma diferente entre os pesquisadores do assunto. Há

autores que remetem à antiguidade, há outros que se referem à idade média (Nakashima e Calvente, 2016).

A partir de 1945, com a necessidade de reconstruir os países atingidos pela Segunda Guerra Mundial, a ideia de desenvolvimento tomou centralidade nas políticas globais. A nova ordem global, bipolarizada entre capitalismo e socialismo, também demandou ações articuladas entre os países capitalistas, para promoção de desenvolvimento.

A criação da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1945, foi o início de um processo de articulação e criação de outros organismos interestatais, conectadas com a promoção de desenvolvimento global do capitalismo e de contraposição às experiências socialistas. À título de exemplo, temos a criação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, em 1961, e a criação da Organização Mundial do Turismo – OMT, em 1974.

Esse “ambiente” encontrou no turismo uma das alternativas para promover e fomentar a economia do turismo, em suas várias escalas e segundo várias perspectivas. O debate em torno das implicações sociais e ambientais do desenvolvimento repercutiram nos modelos tradicionais de turismo – em muitas situações consideradas socialmente excludentes e ambientalmente predatórias. Mais recentemente, a agenda global da ONU, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, a sustentabilidade, a diminuição das desigualdades sociais, o trabalho digno, passaram a referenciar parte da agenda global do Turismo. Entretanto, muitas das práticas e modelos turísticos, considerados como “alternativos”, terminam por ser tão danosos quanto as atividades econômicas mais convencionais e tradicionais. A chamada “indústria limpa do turismo” não tem sido, afinal, tão limpa assim.

Nesse sentido, o Roteiro Turístico de Itapagipe pode ser concebido como uma alternativa de desenvolvimento local para a diminuição das desigualdades sociais, geração de emprego e renda para a população e local. A proposta é permitir que haja aumento da dinâmica econômica, sem alterar, substancialmente, a ocupação local, substituindo os atuais moradores por novos.

Cada vez mais se avança na discussão sobre os impactos positivos e negativos da indústria do turismo. É preciso lembrar que a dinamização econômica, proporcionada pela atividade do turismo, implica, de forma correlata, no aumento da demanda por infraestrutura e serviços, gerando o que muitos autores qualificam como externalidades negativas. Cada vez mais se tem constatado que a implementação de infraestrutura e a criação de serviços voltados para a atividade de turismo tem levado à expulsão, ao deslocamento de população no território. Vários são os exemplos de deslocamento de população associado aos processos de “requalificação

urbana”, de movimentação de capital, voltados à dinamização e criação de polos turísticos. Desse modo, cada vez mais, o debate sobre turismo, inclusive associado ao “desenvolvimento local”, tem sido associado ao processo de gentrificação. De acordo com Corbillé (2007),

gentrificação é um neologismo formado a partir do termo ‘gentry’, utilizado pela nobreza rural nos séculos XVIII e XIX, para designar uma hierarquia social e econômica que estava abaixo da aristocracia latifundiária inglesa, mas acima dos camponeses e fazendeiros (Corbillé, 2007 apud Mourad, 2011 p.7).

O termo “gentrificação” significa tornar nobre, tornar “gentry”. No turismo, a gentrificação de um território tem relação com interesses imobiliários, que pretendem “explorar” uma determinada área. É um processo de elitização e afastamento da população pobre, para que os setores detentores de capital possam investir. Para Hamnett, gentrificação significa:

um processo de transformação da composição social dos residentes de um bairro, mais precisamente da substituição de camadas populares por camadas médias assalariadas; e se constitui em um processo de natureza múltipla: de investimento, de reabilitação e de apropriação, por essas camadas sociais, de um estoque de moradias e de bairros operários ou populares (Hamnett, 1991 apud Mourad, 2011 p.7).

Esse processo está relacionado aos interesses econômicos, que estabelecem novas relações de trabalho e novas relações de consumo, além de precisarem do poder público para que sejam estabelecidas normas e leis que garantam a sustentabilidade do investimento. É necessário políticas públicas que organizem a intervenção no território e permitam que o capital execute seu planejamento. Para Mourad a gentrificação

é um conjunto de processos articulados pelo capital, e o Estado assume o papel de principal facilitador desse fenômeno. A gentrificação se apropria de espaços residenciais, comerciais, equipamentos e de outros usos da cidade, provoca transformações sociais de elitização das áreas centrais e deportação da população pobre (Mourad, 2011 p. 11)

Em Salvador, há muitos casos de intervenções do Estado, que podem ser caracterizadas por intervenções que promoveram a gentrificação. O conjunto de intervenções no centro antigo da cidade, talvez, seja o mais notório e emblemático.

2.5 OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Segundo Serafini (2022), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS são 17 objetivos globais que foram estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2012. Os ODS estão na Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, intitulada Agenda 2030. Estes objetivos se subdividem em 169 metas a serem alcançadas.

Os ODS são:

01. Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
02. Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
03. Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
04. Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
05. Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
06. Água limpa e saneamento: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos;
07. Energia limpa e acessível: garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
08. Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;
09. Inovação infraestrutura: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação;
10. Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles;
11. Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;

14. Vida na água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade;
16. Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas, 2023).

Destes, os itens 01, 08 e 10, se encaixam como objetivos que estariam sendo buscados com a proposta de Rota Turística para a Península de Itapagipe. Isso pode ajudar a acessar fundos internacionais para a implementação do projeto.

No objetivo “01. Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”, destaque para as metas:

- 1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas, em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia;
- 1.2 Até 2030, reduzir, pelo menos, à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;
- 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;
- 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

No objetivo “08. Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos”, destaque para as metas:

- 8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias

nacionais e, em particular, um crescimento anual de, pelo menos, 7% do produto interno bruto [PIB], nos países menos desenvolvidos;

- 8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;
- 8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;
- 8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários;
- 8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais;

No objetivo “10. Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles”, destaque para as seguintes metas:

- 10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional;
- 10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS são as diretrizes globais que orientam os investimentos em políticas públicas. Organizar uma Rota Turística para a Península de Itapagipe corrobora com parte dos objetivos traçados pelas Nações Unidas. Identificar as interseções com a política global é fundamental para mobilizar lideranças públicas de diversas esferas, na busca por se efetivar o desenvolvimento do território itapagipano.

3 TURISMO, PARTICIPAÇÃO E O TERRITÓRIO

A presente discussão sobre Turismo e território envolve o conceito de participação. Participação nos processos de construção de projetos de desenvolvimento, na escala do território e nas demais escalas e participação do cidadão, morador de Itapagipe, da cidade do Salvador, na construção dos destinos da cidade. Esse envolvimento é de fundamental importância, no sentido de aproximar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Essa ferramenta é de fundamental importância no combate da gentrificação, na península de Itapagipe.

3.1 A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE COMO BASE DA INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO

O Brasil é um país com uma trajetória história marcada por longos períodos de autoritarismo. Mesmo nos períodos democráticos, as suas características suscitam debates sobre a qualidade ou a efetividade dos princípios democráticos. Houve um período em que a força do poder político e paramilitar local, do poder econômico, práticas e visões patrimonialista do Estado, permitiam que os processos eleitorais fossem dominados pelas oligarquias locais. Foi o período do controle do processo democrático, de onde surgiram expressões como, por exemplo, o voto de cabresto, que se refere, exatamente, ao controle das oligarquias locais e regionais.

Na história mais recente, o período de ditadura militar foi o último momento em que o autoritarismo suprimiu as liberdades individuais e coletivas, e impediu a existência de uma democracia livre. O primeiro presidente eleito com o voto direto, após esse período, foi Fernando Collor de Mello, eleito em 1989, há menos de 40 anos.

Nesse período, entre 1964 e 1985, a luta contra o autoritarismo se deu através da mobilização da sociedade civil (Dagnino, 2002), da mobilização dos diversos setores sociais, sindicatos, associação profissionais, intelectuais, imprensa, líderes religiosos etc. Essa diversidade de sujeitos sociais pautou o debate sobre a democracia e compôs parte significativa dos partidos e forças políticas do período seguinte.

Fruto desse processo, ideias e ideais democráticos foram tomando força, no período de redemocratização. A incorporação da perspectiva cidadã, na vida pública, é exemplo claro deste processo, com a valorização do cidadão como portador de direitos e, conseqüentemente, do Estado como portador de deveres.

Um direito importante de ser ressaltado é o de participar da gestão da sociedade (Dagnino, 2002). Esse direito demanda a criação de espaços públicos que sejam capazes de, efetivamente, garantir a participação dos cidadãos e cidadãs na gestão da sociedade, como conselhos, fóruns e câmaras setoriais.

Nesse sentido, a participação cidadã, a participação social, popular, ainda que se tenha feito presente em vários momentos da história do Brasil, tornou-se um fato novo na recente história do país. Essas ideias são consequência de um processo complexo e contraditório da formação da democracia no Brasil, nos pós ditadura militar. Nesse contexto, surgem, também, experiências concretas de participação social, o Orçamento Participativo de Porto Alegre é uma delas, sendo uma das mais inovadoras práticas de gestão democrática, na escala local, surgida no Brasil, no período pós-autoritário: “o orçamento participativo consiste na mais inovadora prática de gestão democrática a nível local surgida no Brasil, no período pós autoritário (Avritzer, 2002, p 19).

A participação social deu novos contornos à democracia brasileira e a presença da sociedade nos processos de elaboração de políticas públicas passou a ter conotação de direito cidadão. Então, a participação da população na gestão, passa a caracterizar o quanto é democrático, ou seja, quanto mais participativo, mais democrático.

Essa dinâmica passou a exigir do poder público que fossem criados espaços de interação e participação. O Orçamento Participativo de Porto Alegre formou espaços públicos, de troca entre os grupos e de interação, e se constitui em uma referência nacional e internacional de gestão democrática.

O fato é que, nos tempos atuais, amenizada a oposição entre os defensores e opositores ardorosos da participação na gestão pública, polarização constituída a partir da tradição elitista e patrimonialista brasileira e, particularmente, da experiência autoritária pós 1964, o convite à participação ganha vários significados. É preciso destacar o cenário mais recente de constituição, no âmbito local, nacional e global de forças e organizações, situados no campo da extrema direita – de caráter neofascista, que trazem de volta um conjunto de propostas e modelos de cunho centralizador e autoritário. De qualquer modo, o que temos nos tempos atuais, é uma forte polarização entre um conjunto de forças, qualificadas genericamente como democráticas, e àquelas situadas no extremo do campo político, denominadas de extrema direita.

Para Evelina Dagnino (2002), a participação da sociedade civil não tem uma história linear, por conta de diversos fatores, como a complexidade da composição da sociedade civil, bem como das contradições do Estado. No que tange o Estado, o projeto político hegemônico influenciará o tipo e o grau de participação:

A natureza e os graus desse conflito variam e serão discutidos em seguida. Mas entre outros fatores que parecem explicá-los, queremos desde logo destacar, dadas as consequentes implicações teóricas, uma hipótese explicativa que vincula essa tensão à maior ou menor aproximação, similaridade, coincidência, entre os diferentes projetos políticos que subjazem às relações entre Estado e sociedade civil. Em outras palavras, o conflito e a tensão serão maiores ou menores dependendo do quanto compartilham - e com que centralidade o fazem - as partes envolvidas (DAGNINO, 2002, p. 280).

A noção de projeto político a qual Dagnino aqui faz referência tem, como fonte de inspiração, Antônio Gramsci, segundo o qual a ação política está, consciente ou inconscientemente, vinculada à visão e concepção de mundo, às concepções ideológicas, que guardam vinculação estreita com interesses, individuais, de grupo e de classe.

Leonardo Avritzer (2002) reflete sobre os limites e potencialidades da experiência de orçamento participativo, em Porto Alegre e Belo Horizonte. Um limite abordado é que, se, por um lado, o orçamento participativo traz um processo de democratização entre Estado e comunidade, isso não ocorre, necessariamente, dentro do segmento comunitário.

Se a grande virtude do OP parece ser a sua contribuição na democratização da relação entre estado e sociedade, alguns dados parecem indicar que, no tocante a relação do interior das comunidades, permanece uma relação hierárquica e pouco democrática (Avritzer, 2002, p 41).

Nesse sentido, Avritzer (2012) chama atenção para uma possível interdependência da sociedade civil e do Estado. Defende que a independência entre estes é fundamental para manter a legitimidade dos respectivos papéis sociais.

Importantes OSCs seguem a mesma lógica, tal como nós temos presenciado em relação aos negros e quilombolas. Só é possível entender essa lógica a partir da perspectiva de uma sociedade civil pluralista que se entende como independente dos partidos. É justamente essa independência que lhe permitiu sobreviver à crise política que têm assolado o Brasil durante os últimos anos e manter a sua legitimidade entre amplos setores da sociedade (Avritzer, 2012, p 395).

Essas questões apresentam distintas respostas, inclusive, a depender das distintas realidades no país. De uma maneira geral, a literatura sobre esse tema tem revelado que a participação social e política tem uma maior densidade nas regiões consideradas como mais “desenvolvidas”, particularmente nas regiões com uma inserção mais densa nos processos de desenvolvimento capitalista. Trata-se, então, de perguntar quais fatores estruturais explicam os diferentes níveis de participação nos distintos espaços regionais no país – qual o significado da constatação de que, tradicionalmente, o Nordeste é a região com menor densidade de participação (AVRITZER, 2007).

O próprio Avritzer questiona os pressupostos de tais formulações, ao mostrar que alguns municípios no Nordeste têm uma tradição de luta mais expressiva do que muitos dos Sul e do Sudeste, e que análises desse tipo precisam se aproximar mais, conhecer melhor as distintas formações sociais e formas de mobilização e participação.

Recorrendo à Brose, poderíamos então afirmar que “A participação é uma ferramenta, porém não é neutra. Ela tem gosto e tem cheiro” (Brose, 2001, p. 11). Isso significa questionar sobre o significado político da ação voltada à gestão da coisa pública, do interesse público. Afinal, como afirma o próprio autor, participação é interação, é ação social, com múltiplos significados e objetivos, que podem, inclusive, estar voltadas para a conservação, o aprimoramento ou a transformação da sociedade. Nesse exato sentido, o que determina a sua natureza, mais ou menos instrumental ou substantiva, é exatamente a natureza da sua motivação, seu significado propriamente político.

A transformação dessas atividades em uma rota turística e sua transformação em um estímulo ao desenvolvimento local passa, necessariamente, pelo diálogo e envolvimento com os subjetivos coletivos, que vivem na Península de Itapagipe. Caso contrário, uma proposta dessa natureza, construída a partir da universidade, reproduziria as tradicionais formas de construção de modelo de desenvolvimento – autoritária e excludente.

3.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E A PARTICIPAÇÃO

Falaremos, aqui, sobre participação, sociedade civil e turismo, a partir da vivência que tivemos na Residência Social do Programa de Pós-graduação em Gestão Social, item obrigatório para conclusão deste mestrado profissional. A Residência Social foi vivenciada na Associação de Condutores de Visitantes do Vale do Capão – ACVVC. A associação realiza monitoramento da visitação na trilha da Cachoeira da Fumaça, organiza os guias turísticos do Capão e tem outras ações de conservação e proteção do Parque Nacional da Chapada Diamantina. É uma associação de guias que atuam voluntariamente, mantida por doações dos visitantes que vão à trilha.

Há, ainda nesse território, a Casa da Brigada de Incêndios, que também é uma ação voluntária dos condutores de visitantes. A brigada tem equipamentos de combate ao fogo e expertise de cursos e da prática no parque. Essa ação é importantíssima para a preservação do ecossistema e fundamental para que a atividade turística permaneça forte no território. A própria

atividade de guiar os visitantes também é uma forma de geração de renda para os moradores do Vale do Capão.

A Associação de Visitantes do Vale do Capão é uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, fundada em 2000. O processo de articulação dessa associação é da década de 1990, período em que se acentua o turismo na região, composta por guias turísticos que são voluntários, nenhum deles recebe remuneração ou prolabore. A entidade não atua com execução de projetos de recursos públicos ou privados, existe a partir das doações dos visitantes. Sua sede é o local de reuniões da diretoria e de seus membros, contando com dois funcionários para a organização de documentação e gestão da burocracia da entidade. No período de pandemia, a associação comprou e distribuiu cestas básicas entre seus membros.

A sede da ACV-VC é localizada na entrada da Trilha da Cachoeira da Fumaça. Assim, todos os visitantes são convocados a assinar uma lista de controle, onde escrevem seus nomes, o local de origem, horário que entrou na trilha, contato de emergência ou contato da pousada onde está hospedado. No retorno do passeio, voltam para assinar o horário de saída. A associação faz o controle de entrada e saída para poder identificar e atender possíveis ocorrências.

Existe uma escala entre os voluntários guias que dão plantão neste controle de entrada e saída. O responsável do dia, além de alertar os visitantes da necessidade de preencher a lista de visitação, também é responsável por explicar algumas orientações, como, por exemplo, as condições climáticas e a relação com o passeio, se está escorregadio, se o rio está cheio, e demais informações importantes para o visitante.

Depois de todas as orientações, o guia informa ao visitante que aquele trabalho é voluntário e pede o apoio financeiro para a associação e para a brigada. A contribuição pode ser feita em dinheiro ou pix. No local, há wifi gratuito para que os visitantes possam fazer uso, o que permite que também façam suas doações.

Na frente da associação fica a Brigada de Incêndios Voluntária, também composta pelos guias. O processo de voluntariado na brigada vai mais além do que os guias. Quando da necessidade de atuar em incêndios na região, há muitas tarefas necessárias ao bom funcionamento da brigada. Apesar dos guias serem treinados e aptos a estarem no foco do incêndio, tem uma série de tarefas de retaguarda que atraem outros voluntários da comunidade, como por exemplo a preparação da alimentação para os brigadistas, preparação dos insumos, ou ainda a limpeza dos equipamentos.

Esse processo da associação de guias tem como um dos seus bons resultados a presença de moradores nativos, na inserção na dinâmica do turismo do local. A comunidade pôde participar do avanço do turismo, o que é fundamental para que a atividade econômica não resulte em gentrificação. De uma perspectiva mais ampla, não é possível afirmar que não exista o fenômeno da gentrificação no Capão, pelo contrário, arriscaríamos a dizer que se faz necessário a realização de pesquisas, com o objetivo de avaliar a existência e a extensão desse fenômeno, na referida área. De forma preliminar, consideramos que existe, sim, no referido território, exemplos do que pode ser nulificado como gentrificação. Mas, a experiência aqui referida, é um exemplo de alternativa de desenvolvimento real para a comunidade, construído pela, para e com a comunidade local, não um desenvolvimento trazido de fora, exógeno, que tenha, como consequência, a expulsão dos seus moradores.

Nesse sentido, fomentar a organização da sociedade civil é de fundamental importância para o fortalecimento da presença da comunidade na promoção dos serviços decorrentes do desenvolvimento do turismo no território. E este processo se dá a partir de uma visão particular de desenvolvimento, de Gestão Social e de tecnologias sociais – aqui compreendidas como ferramentas capazes de promover o desenvolvimento inclusivo e socialmente referenciado.

Nesse exato sentido, é preciso associar o debate sobre desenvolvimento ao que poderíamos chamar da boa e democrática gestão social. Cansado (2011), considera que as principais características da Gestão Social são quatro: a primeira característica é a tomada de decisão coletiva; a segunda é a dialogicidade, em que esses espaços de decisão coletiva permitem a liberdade de se manifestar sem coerção, tendo o entendimento e a negociação como base desta construção; a transparência surge como incondicional para que a tomada de decisão coletiva, com dialogicidade, funcione efetivamente, ou seja, as informações devem estar disponíveis para todos; e a quarta é a emancipação do ser humano, como o objetivo final a ser alcançado pela Gestão Social.

Schommer (2010) faz uma relação da gestão social, considerando aquelas organizações da sociedade civil que não tem fins econômicos. A referida autora faz uma diferenciação entre empresas privadas e setor público, caracterizando as organizações da sociedade civil.

A Gestão Social corresponde, nessa linha de análise, ao modo de gestão próprio das organizações que atuam num circuito que não é, originariamente, aquele do mercado e do Estado. Este é o espaço da chamada sociedade civil, uma esfera pública de ação que não é estatal. As organizações atuando neste âmbito não perseguem objetivos econômicos. O econômico aparece como um meio para a realização dos fins sociais, que podem definir-se também em termos culturais, políticos ou ecológicos, a depender do campo de atuação da organização. É exatamente esta inversão de prioridades em

relação à lógica da empresa privada que condiciona a especificidade da gestão social (Schommer 2010, p. 68).

Para Araújo (2014), o conceito de Gestão Social tem uma dimensão polissêmica e relação direta com o social, destacando a importância da dimensão propriamente social na construção do conceito, que, associado ao termo gestão, constitui uma visão de gestão de organizações e interorganizações particular: “pode-se afirmar que a gestão social é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público” (Araújo, 2014).

Assim, a relação da comunidade local se completa somando os espaços de participação dialógica com formatos de organizações da sociedade civil. Estas organizações podem ser o elo dos moradores com o que pode ser qualificado como desenvolvimento – inclusivo e ambientalmente adequado. Esse debate sobre desenvolvimento e turismo, na escala local, só se completa com abordagens e, sobretudo, com a construção de projetos e modelos de desenvolvimento nas escalas regionais e nacionais. Ainda que possa se constituir em exemplos, e em bons exemplos, qualquer iniciativa desse tipo precisa ser expandida e ampliada, uma vez que a questão do desenvolvimento, de fato inclusivo, é um desafio de toda a sociedade e não apenas de alguns poucos territórios.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se baseará numa abordagem metodológica qualitativa. Como se objetiva apresentar uma proposta de desenvolvimento a partir do turismo, especialmente cultural, é importante que a metodologia permita contemplar elementos necessários para o entendimento do território, suas potencialidades turísticas e limites para uma proposta desta natureza.

O desenho teórico e metodológico está estruturado a partir do conceito de desenvolvimento local, sendo a participação dos moradores da península elementos estruturantes na construção da proposta. Os conceitos de Desenvolvimento Local de Francisco de Oliveira, além do conceito de território, inspirado em Milton Santos, são estruturantes na delimitação teórica e espacial da proposta. Enfrentaremos, aqui, a tarefa de delinear o território a ser tratado, considerando seus aspectos econômicos, sociais e culturais, a partir dos usos que são dados pela comunidade.

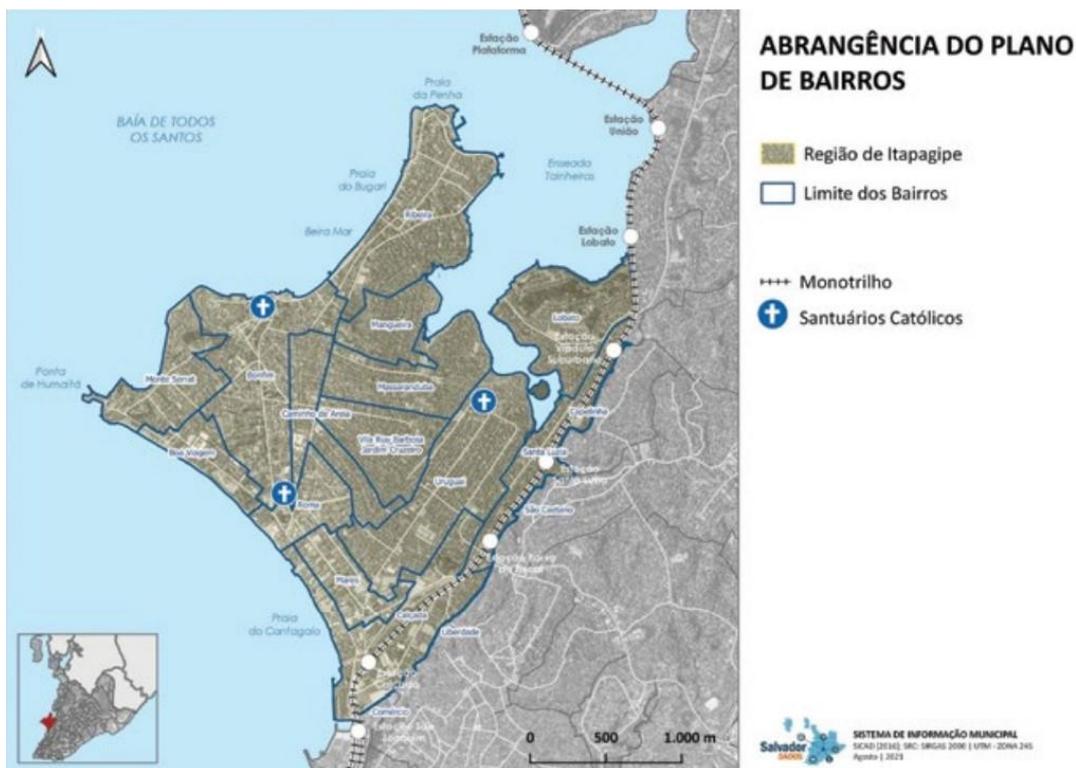
Ainda no desenho metodológico, este trabalho foi feito a partir da pesquisa em fontes secundárias, para levantamento de informações sobre o território e sobre o turismo no território, além dos eventos culturais do local.

Foram realizadas, ainda, entrevistas com atores sociais locais, para que a proposta feita fosse fundamentada, em parte, por uma escuta qualificada de quem está vivendo, ativamente, no território, com agentes do poder público e agentes de organizações da sociedade civil com atuação na localidade. Foram feitas entrevistas individuais semiestruturadas, gravadas e transcritas, e os materiais foram analisados observando princípios definidos a partir da análise de conteúdo das entrevistas (BARDIN,2016). Adicionalmente, serão feitos grupos de conversa e de discussão, com representações comunitárias, com o objetivo de aprofundar o debate e discussão sobre os desafios colocados pela proposta de construção de uma rota turística na península.

4.1 ALGUNS DADOS DO TERRITÓRIO

O território de Itapagipe têm, segundo a Prefeitura de Salvador (2022) os seguintes dados por bairro: Boa Viagem – 2.322 habitantes, 0,24 km²; Bonfim – 9.446 habitantes, 0,90 km²; Calçada – 5.024 habitantes, 0,73 km²; Caminho de Areia – 12.318 habitantes, 0,37 km²; Lobato – 29.169 habitantes, 1,51 km²; Mangueira – 12.310 habitantes, 0,28 km²; Mares – 2.359 habitantes, 0,26 km²; Massaranduba – 20.160 habitantes, 0,53 km²; Monte Serrat – 6.590 habitantes, 0,42 km²; Ribeira – 19.578 habitantes, 0,86 km²; Roma – 3.636 habitantes, 0,27 km²; Santa Luzia – 7.702 habitantes, 0,40 km²; Uruguai – 30.370 habitantes, 0,91 km²; Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro – 19.448 habitantes, 0,42 km².

Figura 5 – Mapa de Península de Itapagipe



Fonte: Plano de Bairro (FMLF, 2021)

4.2 GRUPO DE DISCUSSÃO E ENTREVISTAS

Ao longo da pesquisa, foi realizado um grupo de discussão sobre a proposta de Rota Turística para a Península de Itapagipe, com um contingente de pessoas de perfis diferentes. Procuramos constituir um grupo de discussão que fosse composto por moradores com perspectivas e abordagens diferenciadas do próprio território onde residem. Isso implicou na realização de contatos prévios, em uma aproximação preliminar, com o objetivo de caracterizar e identificar essa diversidade.

As pessoas selecionadas estão a seguir relacionadas: Rosa Brito e Tauan Santos são pessoas que trabalham na OSCID Irmã Dulce, sendo Rosa também aluna do mestrado profissional em Desenvolvimento e Gestão Social; Virgílio Resch, sócio proprietário do Restaurante Recanto da Lua Cheia, que fica localizado na Pedra Furada, na Rua Rio Negro, e trabalha diariamente no restaurante; João Resch, irmão de Virgílio, é ex-Secretário Municipal de Sustentabilidade e Resiliência de Salvador (Secis) e ocupa a Diretoria de Gestão do Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (Savam); Hilda Almeida é da Pastoral do Turismo – Pastur, e tem uma trajetória na base comunitária de Alagados; Juraci Adães Mota Júnior é também morador de Itapagipe, do Jardim Cruzeiro, e trabalha no território como oficial da Polícia Militar; Silvana Santos é moradora da Massaranduba e formada em curso técnico de turismo.

Esse grupo de conversa aconteceu em formato virtual. Foi feita uma apresentação da proposta de Rota Turística para a Península de Itapagipe e, em seguida, houve uma rodada de intervenções, a partir da iniciativa de cada participante. Não houve hierarquização na ordem das intervenções.

Feita a apresentação da proposta, o primeiro a falar foi João Resch. Na sua primeira parte de fala, ele sugeriu que fosse organizado um percurso factível de ser percorrida. Quando da apresentação da Rota, o formato do percurso não estava desenhado, inclusive porque a relação entre as dimensões espacial e temporal da proposta não estava bem definida. A contribuição de João foi importante para esse desenho.

Em seguida, João considerou importante abordar as questões das marinas que tem no Bonfim, na Ribeira, como elementos importantes para uma rota turística. Ele sugeriu incorporar elementos contidos nos Planos de Orla, elaborados pela Prefeitura de Salvador, para pensar o turismo, e se referiu à construção que a prefeitura de Salvador está fazendo para a constituição do Parque Marinho da cidade baixa, que pode ser mais um elemento a potencializar o turismo na região, além do Horto do Bonfim, que será um Centro de Interpretação da Mata Atlântica.

João ainda fez observações que identificam a situação de precariedade de alguns prédios e possíveis atrativos turísticos. Sugeri que fossem organizadas feiras de artesanato nos bairros.

Rosa falou brevemente sobre como o turismo religioso, a exemplo das obras sociais de irmã Dulce, se encaixam nesse contexto. Ela contribuiu tanto com sugestões de atrativos turísticos como fazendo uma crítica aos serviços e à higiene em restaurantes da península itapagipana, tão importante para promover o turismo.

Para Rosa, o Mercado Iaô deve estar incorporado à proposta de Rota Turística. Em seguida, passou a fazer várias observações sobre pontos turísticos a serem construídos. Na sua visão, é possível criar atrativos para locais com potencial, por exemplo, a região da igreja do Bonfim é subutilizada. A última missa acaba na sexta-feira, às 17h e, depois desse horário, quase tudo fecha. A Vila Criativa fecha, as lojas que vendem souvenir fecham e só um restaurante fica aberto. O local tem espaço para atividades culturais e fica sem uso. Ela lembrou da roda de capoeira do Humaitá, do Jegue Trio, no São João, nome dado ao trio porque, em anos passados, o animal fazia parte da festa e, depois, foi proibido pelo Ministério Público.

Hilda, como moradora e atuante no turismo comunitário em Alagados, sugeriu, inicialmente, que fosse incluído na Rota um trecho no qual é possível andar de Alagados até o bairro de Plataforma, onde é possível ter uma bela vista da Ribeira e da Enseada dos Tainheiros, sendo, também, possível desfrutar de restaurantes e bares, além de um museu.

Em seguida, Hilda fez uma série de sugestões de possibilidades de atrativos turísticos na península de Itapagipe, para serem, também, incorporados na rota, como o estaleiro onde fica um restaurante que serve pirão de aipim com carne do sol, local conhecido da comunidade itapagipana e a região da Pedra Furada. Ela sugeriu que as praças tivessem uma função no roteiro e que fossem incorporadas na proposta de rota turística, e defendeu que a Feira de São Joaquim também estivesse incorporada.

Adães fez observações de atrativos turísticos de prédios históricos que, na sua visão, estavam pouco observados na proposta apresentada. Citou um Museu da Ciência, que funciona em um casarão histórico no largo do Papagaio, citou o Museu do Sorvete e o casarão da Madragoa.

Silvana reforçou a necessidade de cursos de capacitação para os profissionais da área de prestação de serviço, como garçons e vendedores, além da necessidade de incluir a Feira de São Joaquim no Rota. Ela ainda disse que não há uma organização para os guias turísticos e não há fiscalização no exercício da atividade, que qualquer pessoa trabalha de guia, sem ser orientado, e que, para ser guia, precisa fazer um curso.

Virgílio observou que a sinalização, em relação aos atrativos turísticos, é muito ruim. Ele disse que é comum clientes de seu restaurante desejarem ir para a sorveteria na Ribeira e encontrar dificuldade no deslocamento. Considera, também, um erro não ter placas indicativas para sua localidade, que é um lugar tradicional de bares e restaurantes, onde tem, segundo ele, mais de doze estabelecimentos comerciais.

Outra observação feita por Virgílio diz respeito ao tempo do percurso da Rota. Ele afirma ser comum guias turísticos, motoristas de Uber e de táxi, que acabam fazendo o papel de guia turístico, ao levar um visitante para a região, fazendo o seguinte circuito: almoça no seu restaurante, toma sorvete na Ribeira e assiste ao pôr do sol na ponta do Humaitá. Falou da questão de segurança, um importante elemento no exercício da atividade, o que viabilizaria a visita no período da noite.

Um convidado que pôde comparecer, mas que não pôde falar, por problemas técnicos no encontro virtual, foi Reginaldo Bonfim, conhecido como Reginho. É morador de Itapagipe e integrante da Rede Cammpi. Sua participação, então, veio através de uma entrevista e trouxe elementos que se diferenciaram do que foi colocado pela média dos outros participantes do grupo de discussão.

Primeiro, Reginho discorreu sobre a necessidade de ter investimento em infraestrutura urbana do território, citando um problema crônico da Cidade Baixa, que são os alagamentos em período chuvoso. Então, ele questionou como pode potencializar o turismo em um lugar onde as pessoas têm dificuldade de transitar, quando chove. Outra questão levantada foi a mobilidade urbana, tanto o transporte coletivo como o fluxo de automóveis para chegar e sair da península de Itapagipe.

Em seguida, ele colocou questões e discutiu o que seria desenvolvimento para o território. Para ele, se não cuidar das pessoas, não vai ter desenvolvimento. Do seu modo de falar, em linguagem coloquial, Reginho afirmou que o desenvolvimento humano vem antes de qualquer coisa. Foi a forma que ele encontrou de expressar que, se não cuidar das pessoas, se não olhar para o morador da península de Itapagipe, qualquer atuação, do ponto de vista econômico, não trará desenvolvimento.

Reginho também não se furtou a reforçar o potencial turístico da Cidade Baixa. Ele concorda de que o turismo pode ser um propulsor para o desenvolvimento do território e, ainda, listou alguns atrativos turísticos a serem incluídos na rota. Ele falou bastante sobre as possibilidades de exploração do mar, de esportes náuticos, turismo náutico, de organização de infraestrutura náutica no território.

Considerando a contribuição de todos os que foram ouvidos sobre a proposta de rota turística para a península de Itapagipe, a visão de que o território tem potencial para o turismo é unanimidade. Na maior parte das falas dos participantes, o conteúdo esteve mais direcionado em listar e contribuir com os possíveis atrativos turísticos a serem incluídos na rota. Seria muito difícil organizar uma rota com todas as possibilidades de visitação do território. O melhor, para se identificar todos os atrativos turísticos, seria a constituição de um mapa, o que não foi possível, em função de dificuldades operacionais, no momento da realização do grupo. Entretanto, cada pessoa pôde contribuir, a partir do seu olhar, e trouxeram elementos que foram importantes para a pesquisa.

De uma maneira geral, a consulta e o diálogo realizados foram suficientes, mas poderiam ser tanto ampliados como aprofundados. Uma iniciativa desse tipo pode ser uma poderosa ferramenta para mobilização e construção de modelos e projetos de desenvolvimento inclusivos, territorialmente circunscritos, com possibilidade de ampliação para a cidade do Salvador. Desse modo, dado as atuais circunstâncias, esse foi o diálogo possível, ficando sempre o registro da necessidade de seguir-se esse caminho, caso se pretenda, de fato, incorporar a participação como um elemento central na construção de novas formas de desenvolvimento.

5 PROPOSTA DE ROTA TURÍSTICA-CULTURAL NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

Este capítulo apresenta uma proposta de Rota Turística-Cultural para a Península de Itapagipe, se constituindo em uma primeira abordagem e aproximação do que pode se constituir em um projeto de desenvolvimento para esse território de Salvador. Inicialmente, faremos algumas considerações sobre a atividade turística em Salvador e, em seguida, será apresentada a referida Rota Turística.

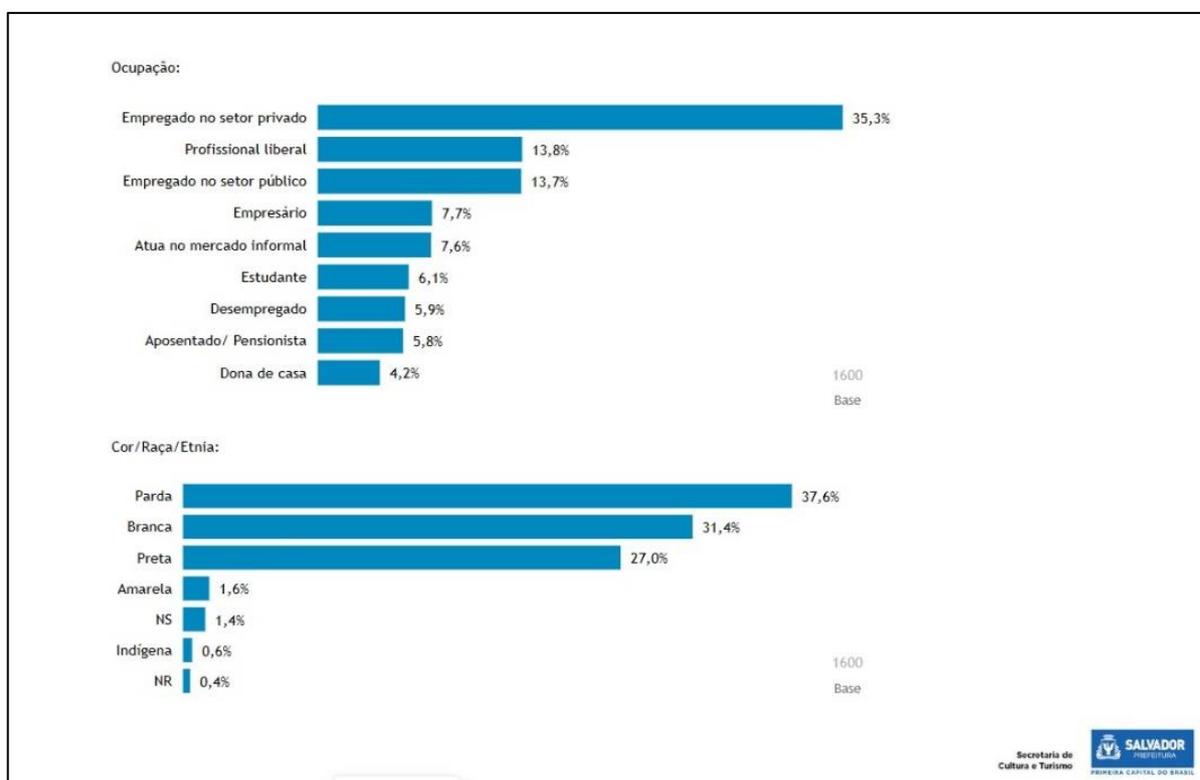
5.1 O TURISMO EM SALVADOR

Não se encontra pesquisas que caracterizem o turista no território de Itapagipe, ou que tragam dados segmentados dos bairros ou atrativos. Então, é com base nos dados de Salvador que se pode ter uma visão de qual o público potencial do turismo para o território.

Salvador é um destino bastante procurado e desejado por turistas brasileiros e estrangeiros, segundo pesquisas realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Salvador (2021). O perfil do turista que visitou a cidade, em 2021, era do sexo feminino (54,4%), com idade entre 25 e 34 anos (32,5%), cor parda (38,9%) e escolaridade superior (55,8%) (Salvador 2021).

Ainda segundo a Secretaria, aproximadamente 50% do que visitam Salvador são residentes na Bahia. Depois, vem moradores de São Paulo, com aproximadamente 19%, e, em terceiro lugar, o Rio de Janeiro, com aproximadamente 6%. Na sequência, Minas Gerais, Ceará, e Distrito Federal. Entre os estrangeiros, os principais países de origem foram Estados Unidos, com aproximadamente 24%, seguido de Portugal, com 19% e Itália com 14% (Salvador 2021).

A maioria dos turistas viajou por lazer (82,6%), em grupo (67,5%) e com hospedagem paga (74%). O tempo médio de permanência foi de 6,4 dias e o gasto médio diário foi de R\$ 224,70. Ainda, a mesma pesquisa afirma que a maioria dos turistas ficou satisfeita ou muito satisfeita com a viagem (94,6%) e com a infraestrutura da cidade (87%). Os aspectos mais elogiados foram a hospitalidade (97%), a gastronomia (95%) e a cultura (94%). Os aspectos mais criticados foram a segurança pública (53%), a limpeza urbana (49%) e o transporte público (48%) (Salvador 2021).

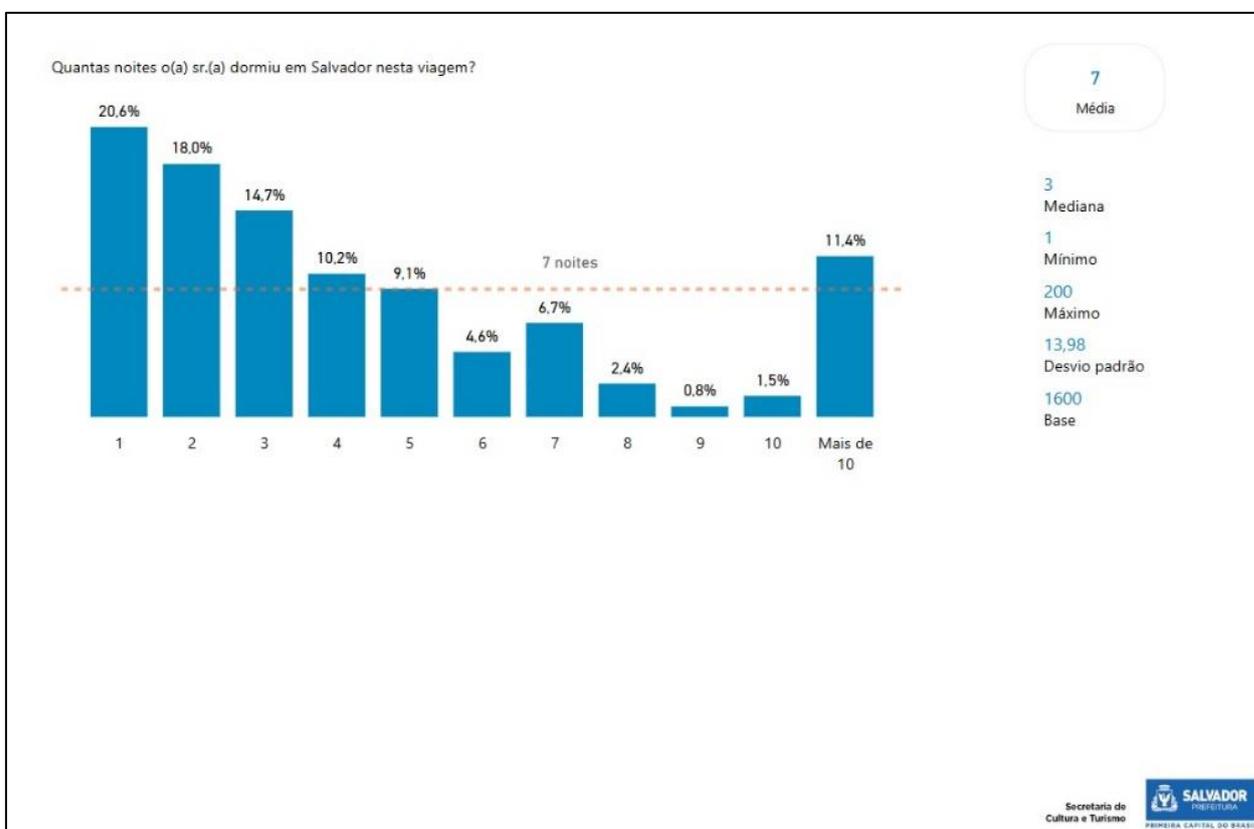
Figura 6 - Perfil Socioeconômico do turista de Salvador (Salvador, 2021)

Fonte: Salvador, 2021

37,8% do turista que visitou Salvador tem nível superior, 37,8% têm ensino médio, 12,6% primário, 11,6% pós-graduação completa e 0,3% sem instrução formal. Desses visitantes, 3,4% são acima de 65 anos, 13,4% estão entre 51 a 65 anos, 31,5% estão entre 36 a 50 anos, 31,1% estão entre 26 a 35 anos, 18,4% estão entre 18 a 25 anos e 2,3% de 14 a 17 anos (Salvador 2021).

Do ponto de vista da categoria da pesquisa, cor/raça/etnia, 37,6% se declararam pardos, 31,4% brancos, 27% se declararam pretos, 1,6% de amarelo, 1,4% não sabem, 0,6% de indígenas e não respondeu corresponde a 0,4% (Salvador 2021).

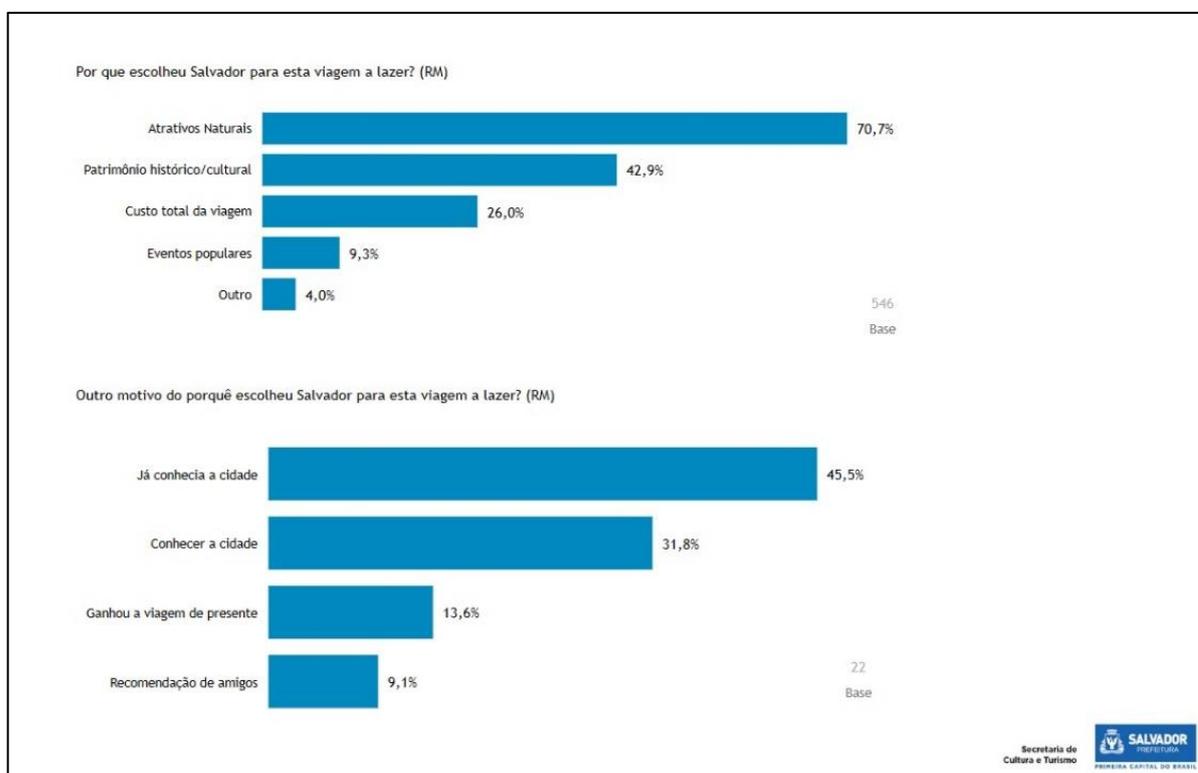
Figura 7 - Dias de estadia do turista em Salvador



Fonte: Salvador, 2021

Outros dados interessantes são os que dizem respeito ao tempo de estadia do turista em Salvador. Apesar do tempo médio ser de 10 dias, a mediana é de 3 dias, ou seja, é mais comum que o visitante leve 3 dias de visitação. Outra informação interessante é que mais de 70% dos visitantes buscam atrativos naturais, mais de 40% buscam, também, atrativos relacionados ao patrimônio histórico-cultural. Com 26% de declaração de interesse, a terceira maior razão de visitação é o custo total da viagem, os turistas buscam viagens mais baratas. E eventos populares ficam em quarto lugar, com quase 10% (Salvador 2021).

Figura 8 - Interesse do turista em conhecer Salvador



Fonte: Salvador, 2021

Na península de Itapagipe, os atrativos mais buscados pelos turistas de Salvador são encontrados no território, o que reforça o seu grande potencial turístico. Atrativos naturais como as praias, o ecossistema marinho para o mergulho, o belo pôr do sol e com uma história que remete desde a primeira ocupação portuguesa do século XVI e uma cultura popular rica.

Vale destacar que esses dados gerais sobre o turismo, no conjunto da cidade de Salvador, dizem respeito à tradicional indústria turística, desenvolvida na cidade no contexto dos modelos implementados pelas políticas convencionais, aqui anteriormente referidas.

Nesse sentido, é preciso levar em conta o papel ativo do poder público, em suas várias escalas, com a construção de planos e projetos de desenvolvimento turísticos, à exemplo do Prodetur, que é um Programa do Ministério do Turismo para estruturação dos destinos turísticos brasileiros. Esse é o turismo convencional, de empresas e corporações devidamente consolidadas no mercado e na indústria de turismo.

A proposta de Roteiro Turístico, a seguir apresentada, substancialmente, se diferencia dos modelos citados, por se constituir como o resultado do diálogo entre sujeitos sociais que vivem no território, cujos frutos deveriam estar voltados para os moradores de Itapagipe.

5.2 A DIMENSÃO ESPAÇO E TEMPO, NA ROTA TURÍSTICA

A proposta de Roteiro de Turismo aqui apresentada, devidamente referenciada teórica e metodologicamente, tem uma dimensão espacial e temporal que se entrecruzam. A dimensão espacial da rota se traduz na presença de atrações turísticas, que podem ser visitadas sem a observância de um calendário. Essas podem ter horários de visitas, mas estão localizadas espacialmente no território. A título de exemplo, a Ponta de Humaitá está no bairro de Monte Serrat e é conhecida por ser local de onde se pode ter uma bonita vista do pôr-do-sol e da Baía de Todos-os-Santos.

O espaço agrega um conjunto arquitetônico formado pela Igreja de Monte Serrat, um mosteiro, o antigo Iate Clube de Monte Serrat e casas no estilo do século XIX, além de um farol, construído em 1926 para guiar as embarcações que passavam pela região. Foi a primeira localidade em Salvador a receber os festejos em homenagem à Iemanjá, no fim do século XIX, que acontecia no dia 8 de março (SALVADOR, 2023).

Figura 9 - Ponta de Humaitá



Fonte: disponível em IPHAN, 2023

A Igreja e Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat fica na Ponta de Humaitá, no bairro do Monte Serrat, a 200 metros do Forte do Monte Serrat. Foi construído no final do século XVI e tombado pelo Iphan, em 1985, sendo uma das edificações mais antigas da cidade, que remete aos tempos das primeiras ocupações portuguesas (IPHAN, 2023).

A igreja apresenta planta de transição entre o tipo nave – capela-mor e o partido em “T”, com justaposição de sacristia e consistório à capela-mor, possuindo ainda pequeno coro e púlpito. Similar a muitas capelas rurais da Bahia, sua planta é atribuída ao arquiteto italiano Baccio de Filicara. A torre de terminação piramidal, revestida de azulejos, destaca-se no conjunto de pequenas proporções, assim como o alpendre ou copiar da igreja, reconstruído em 1969 pelo IPHAN (IPHAN, 2023).

Figura 10 - Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat



Fonte: disponível em IPHAN 2023

O Forte de Monte Serrat foi instalado para ser um equipamento de defesa da ocupação portuguesa. A primeira edificação foi construída entre 1538 e 1587, e depois modificado, em 1602, para maior poder defensivo (Salvador, 2023).

Originalmente, o Forte de Monte Serrat possuía uma ponte levadiça entre a rampa e o terraço e no térreo, o corpo da guarda tinha dois quartéis rodeando a entrada. Segundos dados do Iphan, o seu desenho arquitetônico segue o estilo da escola italiana de fortificação. Juntamente com fortes localizados na Barra, tinha a responsabilidade de impedir, mediante fogo cruzado, o desembarque de inimigos no porto e praias vizinhas à cidade. Mesmo tendo impedido o desembarque dos holandeses durante todo o dia nove de maio de 1624, o forte era pequeno e incapaz de se defender. Por isso, foi ocupado em 1638, quando abrigou o príncipe Maurício de Nassau. Em 1925 o Ministério da Marinha tomou posse do forte, e em 1993 foi instalado o Museu das Armas, guardando nele as armas históricas do Estado. Foi cercado de jardins e se transformou em ponto turístico da cidade (Salvador, [s.d.]).

Figura 11 - Forte do Monte Serrat



Fonte: imagem disponível em Brasil, 2022

A Igreja de Nossa Senhora da Penha, que está localizada no bairro da Ribeira, foi construída em 1742, como uma extensão do Palácio de Verão dos Arcebispos da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. A Igreja foi tombada pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico, em 1941, como uma estrutura histórica.

Na Ribeira está localizado o prédio que foi construído entre 1937 e 1939, e foi o primeiro hidroporto de Salvador, segundo a Fundação Gregório de Matos:

Os aviões, chamados de hidroaviões, de modelo Catalina, decolavam do mar e como era na água, ao invés de aterrissar eles amerissavam. Era conhecido como Aeroporto dos Tainheiros. Tinha instalações luxuosas, com sala de espera, sala de bagagem, espaço para agências e companhias aéreas e um restaurante-bar. Os hidroaviões amerissavam em uma ponte em forma de Y. À noite formavam uma fileira de canoas com tochas para iluminar o lugar onde pousariam os hidroaviões. Quando os aviões se aproximavam era tocada uma sirene para alertar aos banhistas e condutores de barcos para que se afastassem do local de pouso, a fim de evitar acidentes (Salvador, s.d.).

Figura 12 - Igreja Nossa Senhora da Penha



Fonte: publicado Arquidiocese Salvador s.d.

Alguns casarões antigos, tombados pelo IPHAN, são potenciais pontos turísticos e contam a história da cidade e do Brasil. O Solar Amado Bahia foi inaugurado em 1901, por Francisco Amado Bahia, o patriarca da família. O atual proprietário implantou, no local, o Museu do Sorvete, abriu o solar para visitação e uma sorveteria. Deste ponto   possível visualizar o bairro do Lobato, local onde se encontrou o primeiro poço de petróleo comercializável do Brasil, dando pioneirismo   Bahia, no aspecto da exploração do petróleo.

O Solar possui planta retangular, distribuída em dois pavimentos e mais um s t o. Possui corredor central e quartos dispostos transversalmente, como a maior parte das habitações urbanas brasileiras desse período. Esta distribu c o se repete nos dois pavimentos. O prédio, em alvenaria de tijolo, está envolvido com varandas de ferro fundido, importados da Inglaterra. Possui estruturas em abobadilhas de chapa de aço, que são suportadas por colunas em estilo j nico (Salvador, s.d.).

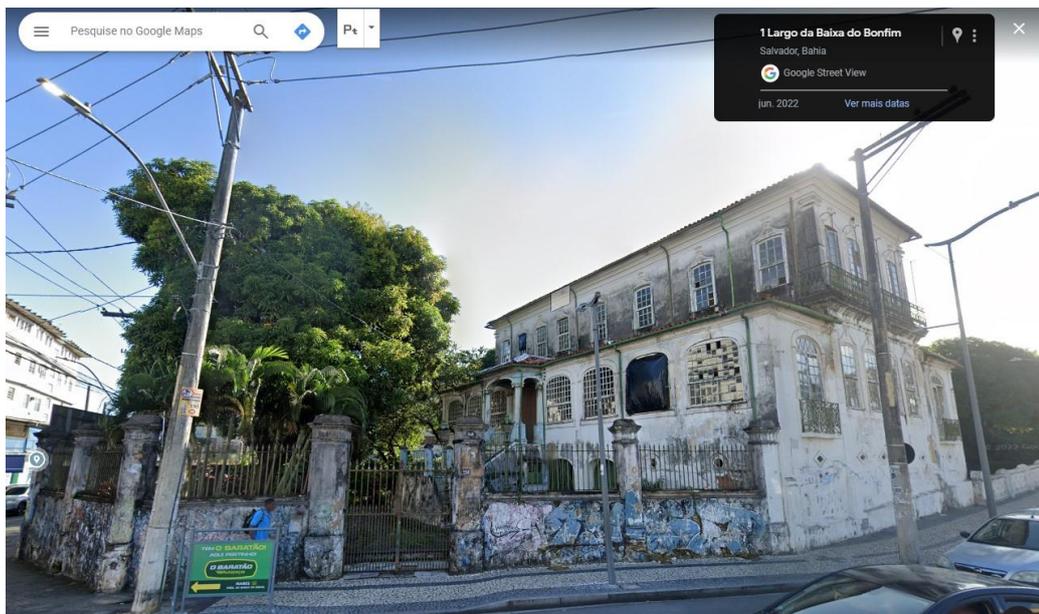
Figura 13 - Solar Amado Bahia



Fonte: Bahia Sol Vip, 2021

O Solar Machado, construído em 1915 e localizado no Largo do Papagaio, a Casa Guilherme Marback, construída no século XVIII, localizada aos pés da Ladeira do Bonfim, e o Palacete Machado, da primeira metade do século XIX, que está localizado na avenida Luiz Tarquínio, são outras edificações históricas.

Figura 14 - Casa Guilherme Marback



Fonte: Googlemaps, 2023

As praias da península de Itapagipe são de grande beleza natural, de águas calmas e temperatura agradável. A praia da Boa Viagem, a praia da Avenida Beira-mar e a Praia da Penha são as principais.

Há, na Península Itapagipana, atrativos turísticos relacionados à paisagem e cultura local. Na Ribeira, tem a cultura da sorveteria, seja o tradicional Sorvete da Ribeira, seja a sorveteria Real, ao lado do Solar Amado Bahia, onde funciona, hoje, o Museu do Sorvete. Nesse trecho, onde se localiza as sorveterias, tem uma linda vista para a enseada dos Tainheiros, localização especial para um fim de tarde, com um sorvete e um passeio em suas calçadas. É nessa região, também, que está localizado o antigo hidroporto de Salvador, que hoje funciona uma Marina.

Semelhante ao trecho da Ribeira, que fica na enseada dos Tainheiros, a avenida Beira-mar tem, também, grande beleza natural, com uma bela vista da Bahia de Todos os Santos. Nesse outro trecho, bares e restaurantes sustentam os serviços, tanto para quem está à passeio para apreciar a vista, como quem está na praia.

Figura 15 - Praia da Boa Viagem



Fonte: Max Haack. Mar Bahia, 2023

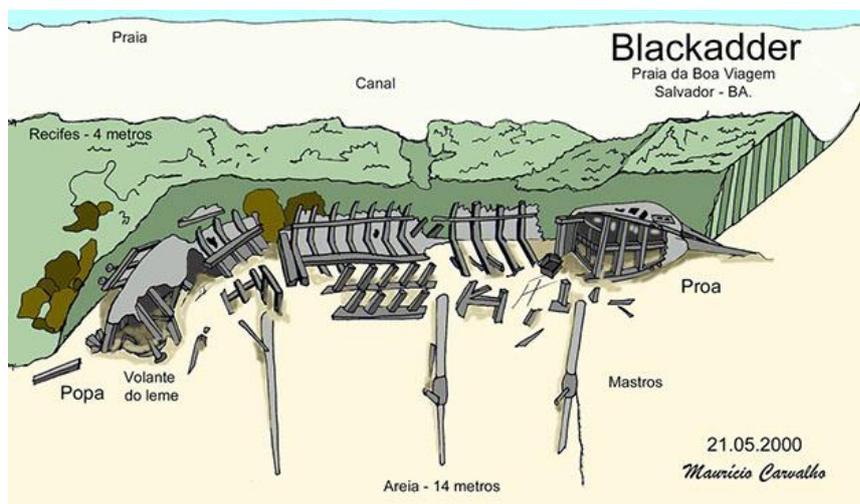
No site da empresa especializada em mergulhos e turismo náutico, Uwbahia, a península de Itapagipe tem seu lugar, com atrações que podem ter como ponto de partida a própria praia da Boa Viagem. Além dos corais da praia, que se estende da Ponta de Humaitá até a praia de

Cantagalo, dois naufrágios são atrativos para o turismo náutico na península de Itapagipe. O Blackadder, que se localiza na praia de Boa Viagem, e o naufrágio Vapor da Jequitaia, que fica na praia de Cantagalo.

O Blackadder é um veleiro de 80m de comprimento que afundou em 1905 em frente a antiga fábrica de tecidos da Boa Viagem. Este naufrágio encontra-se deitado sobre o costado de estibordo paralelo a costa a uma profundidade máxima de 10m. É possível identificar os três mastros, figura de proa, figura de popa, volante do leme e cabeços de amarração.

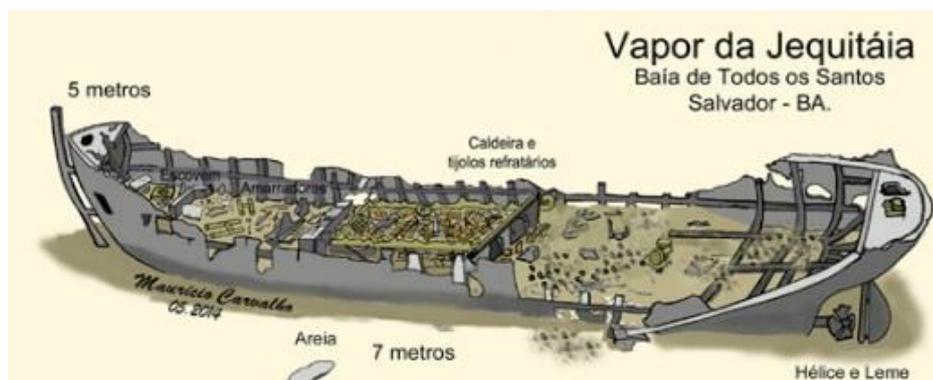
O Vapor da Jequitaia é uma pequena embarcação de 30m de comprimento. Este naufrágio encontra-se em posição de navegação a uma profundidade máxima de 08m. É possível identificar o leme e parte do hélice, no meio da embarcação encontra-se uma grande caldeira cercada por diversos tijolos refratários. (UWBAHIA, 2023)

Figura 16 - Naufrágio de Blackadder



Fonte: publicado em UWBAHIA, 2023

Figura 17 - Naufrágio Vapor da Jequitaia



Fonte: publicado em UWBAHIA, 2023

Figura 18 - Corais da Boa Viagem



Fonte: publicado em UWBAHIA, 2023

Com a canonização de irmã Dulce, a Santa Dulce dos Pobres, potencializou o turismo religioso em Itapagipe. Está em curso uma série de ações, tanto da Igreja Católica quanto do poder público, para incentivar e fomentar a presença de peregrinos e fiéis.

Rota da Fé de Santa Dulce dos Pobres é um percurso que liga os principais locais de devoção e memória da santa baiana, que dedicou sua vida à caridade e aos pobres. A rota inclui o Santuário Santa Dulce dos Pobres, onde está o túmulo da freira; a Igreja da Conceição da Praia, onde ela foi sepultada pela primeira vez; a Igreja do Bonfim, onde ela costumava rezar; e o Memorial Irmã Dulce, que guarda objetos e documentos sobre sua trajetória (Salvador s. d.).

A Rota da Fé ainda é uma oportunidade de conhecer mais sobre a vida e obra da primeira santa brasileira, canonizada em 2019, pelo Papa Francisco. Oportunidade de vivenciar a fé e poder ser feita a pé, de carro ou de ônibus, e tem cerca de 10 quilômetros de extensão (Salvador s.d.).

Ainda no campo da dimensão espacial, o turismo comunitário de Alagados é uma referência para se conhecer a comunidade local e o território, pelo ponto de vista dos moradores e moradoras. Tanto a Associação de Moradores Santa Luzia como a Pastoral do Turismo, em conjunto com a Paróquia, têm iniciativas de roteiros de visitas, formação de guias e outras atividades.

Já a dimensão temporal da Rota é caracterizada por atrativos turísticos que ocorrem em uma determinada data e horário. Diferente dos atrativos turísticos da dimensão espacial, estes

não podem ser visitados a qualquer tempo e, para isso, é importante que haja um calendário organizado. Festas populares, eventos culturais, dentre outros, são exemplos de atrativos que compõe a dimensão temporal da Rota. Algumas sugestões a seguir.

A Lavagem do Bonfim é comemorada na segunda quinta-feira do ano e é considerada a segunda maior manifestação popular da Bahia, perdendo apenas para o Carnaval, segundo a prefeitura de Salvador (s. d.). Os fiéis saem em procissão da Igreja de Nossa Senhora da Praia, em direção à Igreja do Nosso Senhor do Bonfim;

O caminho é um verdadeiro passeio turístico, começando pela própria Igreja da Conceição da Praia, construída no século XVII, em estilo gótico, por determinação de Tomé de Souza. Logo passam por dois cartões postais, à direita o Elevador Lacerda e à esquerda o Mercado Modelo (Salvador s. d.).

Figura 19 - Lavagem da Igreja do Bonfim



Fonte: publicado pelo Governo da Bahia

A Procissão de Nosso Senhor dos Navegantes é uma procissão marítima que acontece no dia 01 de janeiro, com a vinda da Galeota Nosso Senhor dos Navegantes, saindo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até a igreja de Boa Viagem. No domingo mais próximo, acontece a procissão terrestre, que faz o percurso Luiz Tarquínio – Dendezeiros – Imperatriz – Boa Viagem. Apesar de não se saber ao certo quando surgiu a procissão, o festejo católico remete aos tempos que o transporte marítimo era o mais importante.

Figura 20 - Procissão do Bom Jesus dos Navegantes



Fonte: Fábio Marconi s.d.

Existem festas que são referências culturais da Cidade Baixa. O São João, que é uma festa popular muito enraizada na sociedade baiana, tem a sua versão itapagipana. Acontece, todo ano, o Forró do Jegue, quando o bloco “Levada do Jegue” sai pelas ruas da Ribeira, passando pelo largo da Madragoa, até a avenida Beira Mar. Esta festa tradicional já contou com a presença do seu principal símbolo, o jegue. Entretanto, desde 2018, o Ministério público da Bahia proibiu a presença do animal, considerando que este passa por maus tratos, por conta do barulho e do longo período sem a devida alimentação e hidratação.

Figura 21 - Festa junina Forro do Jegue



Fonte: Arisson Marinho. Correio da Bahia, 2019

O Plano de Cultura de Itapagipe, produzido pela Rede Cammpi – Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe, traz muitos elementos que podem compor atrativos turísticos no território.

Um exemplo forte da tradição cultura de Itapagipe são as festas de Carnaval, com manifestações culturais muito próprias da comunidade. O Bloco da Ressaca, que existe há quatorze anos, na Massaranduba, arrasta os foliões “vestidos de mulher”, pelas ruas do bairro. O bloco do bairro do Uruguai, “Soweto”, reverencia a cultura afro, além do “Encontro do Jegue de Cueca com a Jega de Calçola”, uma marca da irreverência do Carnaval de Itapagipe (Cammpi, 2008).

Eventos esportivos podem, também, ser oportunidades para, dentro de um calendário, atrair visitantes. A Regata da Ribeira é uma atividade desportiva de grande tradição, onde estão os quatro clubes que disputam o campeonato baiano, o Itapagipe, o São Salvador, o Santa Cruz e o multi campeão “De Terra e Mar Esporte Clube Vitória”.

A Corrida Sagrada, que é realizada há mais de 30 anos, pela Federação Baiana de Atletismo (FBA), abre o calendário de corridas de rua. É uma corrida que acontece no dia da Lavagem do Bonfim e faz o mesmo percurso do cortejo. A largada acontece mais cedo, às 07h, em Frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia.

Outras atividades culturais e esportivas ocupam a tradição e a vida das itapagipanas e itapagipanos. Um destaque mais que especial para as Rodas de Capoeira, que fazem parte do dia a dia do território e que também tem, em apresentações públicas, uma referência da cultura local.

Figura 22 - 25 anos da Roda de Capoeira do Humaitá



Fonte: Unicar, 2018

5.3 A DELIMITAÇÃO DA ROTA TURÍSTICA NO TERRITÓRIO

A Península Itapagipana é repleta de atrações, com grande potencial turístico. Diversos aspectos culturais, numa região de grande beleza natural, que pode ser organizada para receber turistas. Considerando a cultura local, seus hábitos, seu cotidiano, sua construção histórica, rapidamente lista-se diversos elementos, patrimônios culturais e históricos, capazes de ilustrar uma rota turística na Cidade Baixa.

A proposta apresentada não pretende abarcar todas as possibilidades de atrativos turísticos da península de Itapagipe. As dimensões espaço e tempo permitem construir vários

roteiros possíveis, para que os visitantes conheçam o território. A proposta de rota turística de Itapagipe organiza, principalmente, os atrativos da dimensão espacial. Dentro do roteiro proposto, se pontua alguns dos atrativos turísticos da dimensão temporal.

Essa rota é resultado da vivência e do diálogo com lideranças locais, tendo, por base, um conjunto de locais, equipamentos e prédios existentes na península. Também, atividades que se estendem entre a Ribeira, onde se situa a sede náutica do E. C. Vitória, até a praia de Boa Viagem, passando por Ribeira, Av. Beira Mar, Bonfim, Monte Serrat, Pedra Furada e Boa Viagem.

Nesse trecho, é possível identificar pontos de visitação que estão associados ao espaço ou a relação espaço/tempo. Em relação ao espaço, seguindo do início da rua Porto do Tainheiros, em direção à praia da Boa Viagem, uma primeira parada é a visitação na própria sede náutica do Vitória e na sede do Clube de Regatas São Salvador. Dois dos quatro clubes que rivalizam no remo baiano são vizinhos em suas instalações.

Pela tradição e cultura, é interessante conhecer as sedes dos clubes de remo da Ribeira. Este ponto está muito próximo da linha de chegada da raia olímpica, onde acontece o campeonato baiano de remo. A largada é em frente ao bairro de Plataforma e a chegada quase em frente da sede náutica do Vitória e da sede do São Salvador na Ribeira.

Figura 23 - Sede náutica do Vitória e do São Salvador

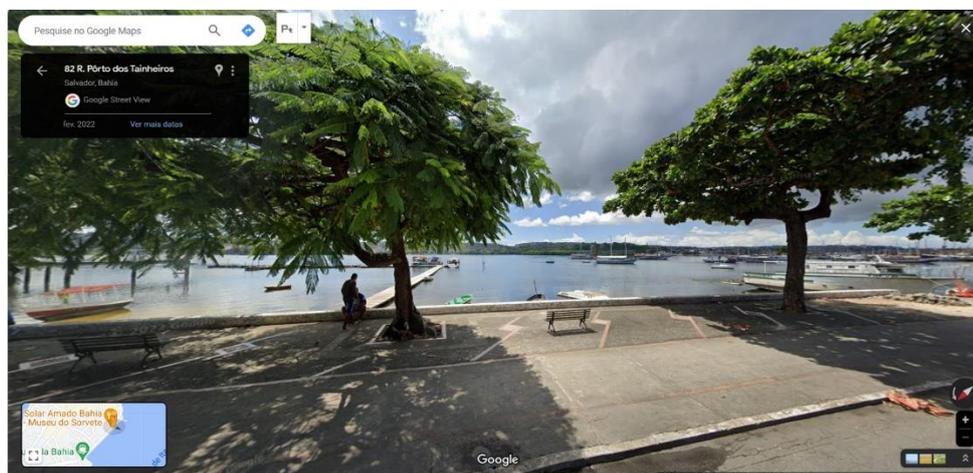


Fonte: GoogleMaps, 2023

Seguindo a Rota, o Museu do Sorvete, localizado no Solar Amado Bahia, é uma outra parada. Além do contexto histórico do casarão, que é tombado pelo Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, seu museu remete à uma tradição da Ribeira, que é conhecida por suas sorveterias. Ainda nesse trecho inicial, há o antigo Hidroporto de Salvador, que iniciou funcionamento na década de 30 e foi o primeiro aeroporto da cidade.

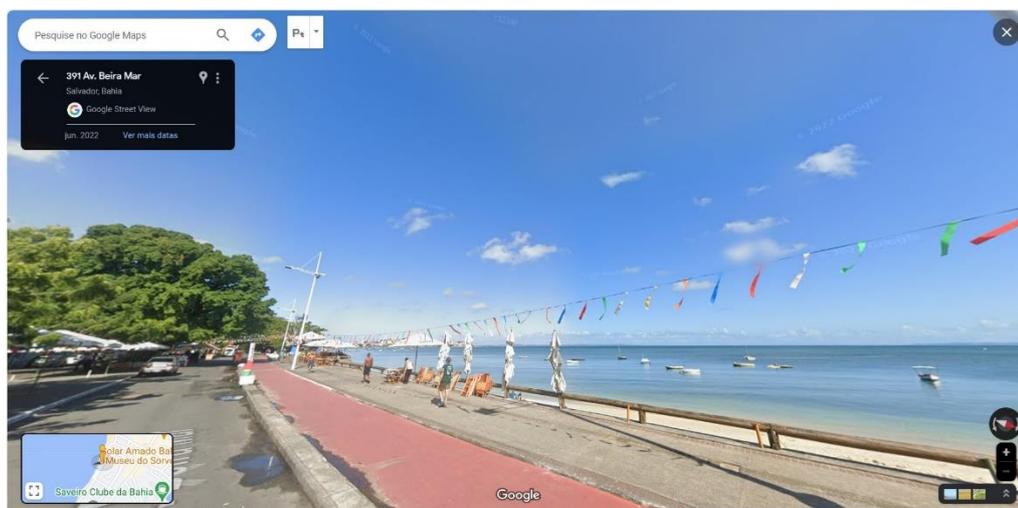
Figura 24 - Vista de Plataforma em frente ao Solar Amado Bahia



Fonte: GoogleMaps, 2023

Chegando na região do fim de linha dos ônibus rodoviários de Salvador, temos o fim de linha de ônibus urbano da Ribeira e o terminal náutico, que liga a Ribeira ao Subúrbio ferroviário, no bairro de Plataforma, equipamento que carece de ação de revitalização. Ainda nesta localidade, tem-se o Mercado Iaô, que é um centro de cultura e arte, onde abriga a Rede Iaô, com projetos sociais e culturais.

Seguindo em direção a Boa Viagem, pela avenida Beira Mar, temos uma parada para um ponto histórico, que é a Igreja de Nossa Senhora da Penha. Equipamento também tombado pelo IPHAN, teve sua construção no início do século XVIII. Em seguida, toda a extensão da avenida Beira Mar é cheia de bares e restaurantes que caracterizam o local e é ponto que atrai pessoas para refeições e *happy hours*.

Figura 285 - Avenida Beira Mar

Fonte: GoogleMaps, 2023

No Bonfim, temos uma parada tradicional, que é a Igreja do Bonfim. Equipamento construído, também, no início do século XVIII, este é um ponto de grande visitação. No seu entorno, tem bares e restaurantes, a Vila Criativa, que reúne artesanato e gastronomia, a Pedra Furada e o Estaleiro, comunidades conhecidas por seus bares e restaurantes. Além destas atrações, o Bonfim está inserido no Território Santo, consequência da canonização de Irmã Dulce, a Santa Dulce dos Pobres.

Figura 26 - Largo do Bonfim: Igreja, Vila Criativa e Casarões ao fundo

Fonte: GoogleMaps, 2023

No bairro de Monte Serrat, o Forte do Monte Serrat, que tem construção iniciada no século XVII, é uma excelente parada para os visitantes. Além de ser uma construção histórica,

toma tempo nas paradas, tempo para refeições e lanches. Dessa forma, com outros pontos possíveis próximos à rota principal, é possível fazer combinações de atrativos, constituindo outros roteiros, ou subdividindo em dias. Deve-se considerar, também, que o calendário das atividades dos atrativos turísticos, que estão na dimensão temporal, será incorporada, a depender do período do ano, a esses roteiros a serem construídos. Dessa forma, há combinações possíveis.

5.4 A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DA COMUNIDADE E DOS ATORES LOCAIS NA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA PROPOSTA

A Rota Turística da Península de Itapagipe deve ser resultado de um amplo processo de participação da comunidade itapagipana. Este processo deve ser capaz de traduzir a vontade, os desejos, as necessidades da população, em objetivos e metas. Para isso, é necessário organização para permitir a participação e, ao mesmo tempo, garantir a tradução desta participação em resultados objetivos.

Esse processo deve levar em conta duas dimensões: uma dimensão política e uma dimensão executiva. Estas dimensões requerem estruturas organizacionais que sejam responsáveis, desde a preparação, passando pelo monitoramento, até a finalização, com entrega de resultados e avaliação.

A dimensão política exige que se dê tratamento a questões como, por exemplo, o conteúdo a ser explicitado, os temas a serem debatidos, as relações entre os poderes e as relações com a sociedade civil. Assim, propõe-se, aqui, a construção do Conselho de Planejamento da Rota Turística da Península Itapagipana (CONROTA), vinculado à estrutura da Prefeitura Bairro da Cidade Baixa e composto por representantes da prefeitura municipal de Salvador, representantes de instituições públicas, setores produtivos, instituições da sociedade civil organizada e de representações da comunidade local.

O CONROTA deverá refletir sobre o cenário local, regional, nacional e internacional, identificando temas centrais e estratégicos, que possam impactar na implementação da Rota Turística de Itapagipe. Este conselho também irá refletir sobre as definições e encaminhamentos do planejamento, sendo um espaço de monitoramento, bem como de mediação política entre atrizes e atores sociais.

Para o bom desempenho do planejamento, um bom diagnóstico é fundamental. Só é possível pensar o município para o futuro sabendo como este é no presente. Nesse sentido, toda a preparação para o planejamento é de responsabilidade da prefeitura, tendo o Grupo de Trabalho da Rota (GT-ROTA) como órgão centralizador destas tarefas. Diversas ações preparatórias serão necessárias para o bom andamento desta construção.

Uma das principais tarefas será sistematizar os dados e informações referentes ao Território, no mais detalhado possível. Esta sistematização deverá criar um banco de dados, capaz de reunir o conjunto dos envolvidos. Indicadores sociais, econômicos, dados da prefeitura, como receita, despesas públicas, serviços públicos, deverão passar por um detalhado processo de estudos.

É necessário refletir sobre possíveis cenários futuros do município, considerando as tendências econômicas e sociais da Bahia, do Brasil e do mundo. É a avaliação da conjuntura e das possibilidades a serem consideradas, em relação às tendências externas ao município, que vão orientar as atividades de elaboração da Rota.

O banco de dados, com indicadores e informações, é mais do que um conjunto de números ou descrições qualitativas de um determinado setor, é uma fonte de informação capaz de identificar a realidade do território, um diagnóstico da realidade, que servirá para lastrear todos os debates e tomadas de decisões.

Outra tarefa fundamental é a constituição de um plano de comunicação. Dois aspectos fundamentais precisam ser levados em consideração, para a elaboração do plano de comunicação. O primeiro aspecto é o interno: saber como as informações serão coletadas, distribuídas, armazenadas e organizadas. Esse aspecto diz respeito ao gerenciamento de informações, que podem ou não estarem associadas a tecnologias de informações. Nesse plano, deve estar previsto os instrumentos, fluxos e processos para o gerenciamento das informações.

O segundo aspecto a ser considerado é o externo. Divulgação, plano de mídias, sensibilização das comunidades e dos atores sociais e mídias sociais são questões que devem ser previstas. Será necessário que a gestão pública municipal se comunique com a sociedade, potencializando a participação e a legitimação do processo de planejamento.

Ainda sobre a comunicação externa, é necessário que haja canais virtuais de participação, que devem ser capazes tanto de promover a reflexão, com reuniões e debates, como também de receber propostas com e-mail ou aplicativo de conversas.

A dimensão executiva traz aspectos fundamentais para a realização desse projeto. Deve ser um empreendimento orientado, com atividades planejadas, envolvendo diversos níveis

organizacionais. Para isso, é necessário a constituição de um Grupo de Trabalho da Rota Turística de Itapagipe (GT-ROTA), composto pela administração direta municipal, liderada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Renda (SEMDEC), já que tem como finalidade “formular, planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar a política de desenvolvimento econômico do Município, as políticas e atividades voltadas à geração de emprego e renda” (Salvador, 2013 s.d.).

O GT-ROTA deve ser a equipe de gerenciamento da execução do processo de participação, para apresentar o escopo da ROTA, definir um plano de trabalho com previsão das atividades, prazos e responsabilidades. É de responsabilidade do GT-ROTA o diagnóstico detalhado do território, como base fundamental para que a participação seja orientada e tenha, como produto, uma Rota Turística apropriada às condições existentes.

O GT-ROTA deve ser subdividido em comissões, que se responsabilizarão por atividades específicas, a serem estruturadas, conforme demanda e por decisão coletiva do GT-ROTA. Por exemplo, Comissão de Infraestrutura, para providenciar os locais das reuniões, microfones etc. Outro exemplo seria uma Comissão de Sistematização, para as propostas e sugestões do planejamento.

Para a realização de um amplo debate sobre a Rota, é necessária a criação de espaços de participação, para que as atrizes e atores sociais possam refletir sobre a proposta de Rota Turística de Itapagipe, bem como o conjunto da população possa exercer o protagonismo na construção da mesma.

É necessário contar com instrumentos e processos para que estes espaços sejam capazes de sistematizar as informações, as negociações e as reflexões para a tomada de decisão. Tais procedimentos não podem limitar a criatividade, tampouco a participação da população e dos atores sociais, mas devem promover os interesses e os desejos da sociedade, para a consolidação da Rota Turística.

Assim, os espaços de participação devem reunir características que sejam mais adequadas ao público participante, dividindo-o em três grandes grupos: Comunidade do território; Atores Sociais Internos; e Atores Sociais Externos.

O grupo “Comunidade” deve ter destaque especial. É o principal e mais importante grupo, por ser o beneficiário da Rota, sendo, também, em última instância, aquelas(es) que indicarão qual o conteúdo a Rota deverá conter. A população deve ser o centro de todo o processo, e deve ser dada a ela a proteção devida.

É necessário que o espaço criado para a participação da comunidade preveja uma ampla mobilização e uma metodologia adequada, onde permitam que a população discuta todos os temas e encaminhem suas opiniões para a sistematização. Dessa forma, deverá ocorrer Plenárias de Bairro, ou até subgrupos de bairros, conforme decisão do GT-ROTA.

De maneira geral, essas plenárias têm uma primeira tarefa de debater a conjuntura, entender o lugar onde estão, os impactos das questões internacionais e nacionais na vida do território, associando ao potencial turístico, com vistas ao desenvolvimento local. Em segundo lugar, com base na leitura do papel do turismo na dinâmica econômica, social e política, devem indicar os principais elementos de uma Rota Turística, para que a comunidade problematize os desafios de promovê-la. O terceiro passo é identificar os objetivos e os problemas a serem enfrentados. Esta metodologia é uma adaptação simples da metodologia Marco Lógico, que cria a árvore de problemas e a árvore de soluções (Maniero, 2013).

Essas plenárias devem constituir um comitê popular de acompanhamento e monitoramento do planejamento municipal, funcionando como um conselho, que deve representar a diversidade social e política do território a que se refere. É preciso se levar em consideração, também, a sociedade civil organizada nestes territórios.

O segundo grupo, de Atores Sociais Internos, está relacionado à sociedade civil organizada e a temas específicos que carecem de atenção especial. São grupos, indivíduos, que têm acúmulo em determinados temas e demandas sociais, que precisam de espaços próprios para que o debate ocorra, com o diálogo necessário entre estes atores e o poder público.

Essa construção tende a ter um conteúdo específico a determinadas questões e, por isso, devem ter um público que tenha identidade com os assuntos abordados, privilegiando o diálogo e a pactuação entre setores e interesses na sociedade. Estas seriam reuniões por temas ou setores, a serem organizados pelo CONROTA. Entretanto, é possível identificar reuniões necessárias, como, por exemplo: Mobilidade, Comércio e Serviços, Segurança, Direitos Humanos e Cultura.

O objetivo dessas reuniões é permitir que a sociedade civil tenha espaço de participação para a sugestão de ideias e construção coletiva de soluções para os temas. De maneira geral, esse processo deve mobilizar as principais atrizes e atores sociais.

É preciso avaliar a necessidade de constituir uma instancia ou conselho de acompanhamento do planejamento, considerando a diversidade social e política dos participantes. Estes conselhos, bem como os comitês populares, estarão envolvidos com a elaboração e o monitoramento da Rota, mas também será chave para acompanhar, junto à gestão

municipal, a articulação desta Rota com outros instrumentos de gestão, como PPA e Plano Diretor.

O terceiro grupo, de Atores Sociais Externos, tem, como característica central, a constituição de espaços de interação do poder público municipal, com agentes externos, que, por diferentes razões, têm interesse em ações referente ao turismo no território. Estes seriam espaços de diálogos promovidos, essencialmente, pela CONROTA, em diálogo com a prefeitura e com atores sociais a serem convidados.

Reunir-se com as agências de viagem é um bom exemplo de articulação externa. Considerando os aspectos do território, é interessante que as agências possam expor demandas com os quais a Rota Turística deva dialogar. Outro exemplo é poder conferenciar com instituições estaduais e federais com atuação no território, como, por exemplo, a Marinha, o Exército ou o INEMA.

Outras articulações podem ser feitas para a constituição de espaços de diálogo com atores externos, a exemplo de instituições da sociedade civil que não são, originalmente, do município de Itapagipe, mas que teriam interesse em dialogar sobre questões relativas à sua área de atuação. Centrais sindicais, ONGs, Entidades de classe, como CDL, poderiam estar envolvidas em diálogos que venham a contribuir com uma boa Rota Turística de Itapagipe.

6 CONCLUSÕES

O presente trabalho se constitui em uma problematização do desenvolvimento nas suas várias escalas e na apresentação de uma metodologia e proposta de rota turística para a península de Itapagipe. A apresentação de uma proposta de Rota Turística, principal produto desta dissertação, é um estímulo ao debate em torno da construção de projetos e modelos de desenvolvimento territoriais socialmente inclusivos e ambientalmente sustentáveis. Por isso, soma-se, na proposta, uma sugestão preliminar de metodologia que permita que a comunidade seja a protagonista, tanto da elaboração efetiva da Rota como da sua materialização em atividades econômicas e sociais, capazes de promover desenvolvimento.

O perfil de turista a ser atraído é aquele que visita Salvador buscando atrativos naturais, históricos e manifestações da cultura popular. Esta é uma proposta de rota que pode ser visitada durante o ano todo, já que tem sua dimensão espacial e temporal. É, ainda, uma rota que pode ser subdividida ou até incrementada com outras pontos de potencial visitação.

A presente proposta foi elaborada a partir de uma escuta preliminar de sujeitos e atores sociais do território e a expectativa é que a organização de uma Rota Turística na Península de Itapagipe que seja capaz de estimular a geração de emprego, renda e qualidade de vida. Espera-se, na verdade, que a comunidade local possa, a partir dos seus recursos e da sua participação, potencializar o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

No conjunto dessas articulações, a participação da sociedade civil organizada e de sujeitos sociais tem um papel estruturante - a possibilidade de desenvolvimento social e de gestão social participativa dependem disso. Nesse sentido, é de fundamental importância o diálogo com os poderes públicos instituídos, como também com sujeitos sociais envolvidos nas atividades turísticas em outras escalas, como hotéis, agências de viagens e guias. A comunidade local precisará ser bem-preparada e sem perder a perspectiva de que se deve sempre buscar soluções locais, endógenas, da comunidade, para que não haja gentrificação do território.

Importante ressaltar que esta rota é uma aproximação preliminar e o que fará com que ela seja diferente e cumpra seu papel é que ela seja, de fato, algo orgânico, vindo da própria comunidade. As itapagipanas e itapagipanos precisam ser os promotores, propulsores, os personagens principais, o centro da proposta, para que o fomento ao turismo não reproduza a estrutura de desigualdade socioeconômica, presente no território.

A ideia deste trabalho é apresentar uma solução para a realidade de pobreza e vulnerabilidade da população itapagipana. Parte de uma concepção de desenvolvimento, que

tem a comunidade como protagonista, tanto da construção efetiva da rota quanto da materialização desta iniciativa, em dinamização da economia nos comércios e serviços que serão gerados por esta iniciativa. Busca-se que não haja gentrificação.

Com base nessas concepções, tanto de desenvolvimento quanto de participação e de gestão social, esta proposta pode ser replicada em locais que tenham potencial turístico e que necessidades socioeconômicas para o bem-estar da comunidade. É possível pensar estratégias de mobilização para organizar o turismo em prol do seu desenvolvimento, atacando a geração de emprego e renda, bem como aspectos do exercício da cidadania, que permita à comunidade elevar indicadores sociais. Faz-se, assim, uma tecnologia social capaz de, uma vez apropriada pela comunidade, dinamizar a economia e promover bem-estar.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ARAÚJO, Edigilson Tavares de. Gestão social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.

AVRITZER, Leonardo. Impasses da democracia no Brasil. 1ª Edição. Editora Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo: As experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil, São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 17-45.

BAHIA SOCIAL VIP. Museu do Sorvete reabre nesta quinta no Solar Amado Bahia. Bahia Social Vip, 2021. Disponível em: <https://bahiasocialvip.com.br/2021/08/museu-do-sorvete-reabre-nesta-quinta-no-solar-amado-bahia/>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 23ª Ed. Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2004.

BRASIL. Fortes do Brasil. Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat - Salvador (BA). TV Brasil, 2022. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/fortes-do-brasil/2022/04/forte-de-nossa-senhora-de-monte-serrat-salvador-ba>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRITO, A. C.; RODRIGUES, E. A. P. C. Dos Alagados à terra firme: processo de produção de uma favela, ausência do Estado e impactos das dinâmicas socioespaciais na vida dos moradores. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 4-22, jan./dez. 2022. ISSN 2317-1522. Disponível em: www.scielo.br/j/rbeur/a/wkQQqT7Mjf8HZNNqgvnxQJz. Acesso em: 20 out. 2023.

BURARQUE, S. C., Construindo o desenvolvimento local sustentável. Editora Garamond. Rio de Janeiro. 4 ed. 2008.

BUSS, Paulo Marchiori. A saúde na agenda global: a contribuição brasileira para a construção do conceito de determinantes sociais da saúde. 2017. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

CALDAS, Eduardo de Lima & MARTINS, Rafael D'Almeida. Visões do Desenvolvimento Local: Uma Análise Comparada de Experiências Brasileira. IN Desenvolvimento Econômico Local. PÓLIS. s/d. <http://www.polis.org.br>.

CANÇADO, A. C. TENÓRIO, F. G. PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, set. 2011.

CARDOSO, Ceila. Museu Arqueológico Industrial – Península de Itapagipe. Anais do III

Seminário Projetar. Porto Alegre. 2007.

CARVALHO, Eduardo Teixeira de. Os Alagados da Bahia: Intervenções Públicas e Apropriação Informal do Espaço Urbano. Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia – FAUFBA, 2002.

CARVALHO, Simone Maria Lima de. O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro – programas de governo, planos plurianuais e orçamentos (2003 – 2015). Orientadora: Renata Alvarez Rossi. 2021. 180 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS MORADORES DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE. Plano de Cultura de Itapagipe. Salvador: CAMMPI, 2008. Disponível em: <https://cama.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Plano-Local-de-Cultura-de-Itapagipe.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

DAGNINO, Evelina (org). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Editora Paz eTerra. São Paulo. 2002.

DOWBOR, Ladislau. Tecnologia social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p.169-171.

Esteva, Gustavo. Development. In: Sachs, Wolfgang (ed.). *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. Londres: Routledge, 2010. p. 45-58.

FIGUEIRA, M. C. Gentrificação turístico-patrimonial no bairro histórico da cidade de Colônia de Sacramento, Uruguai. *Cadernos do CIM* (ISSN 2526-5318). Pelotas, ano 1, vol. 1, 2017.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: _____ (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. (p. 12-32).

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].

IPAC. Igreja e Mosteiro de Monte Serrat. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/salvador-igreja-e-mosteiro-de-monte-serrat/#!/map=38329&loc=-12.928767999999986,-38.51932200000001,17>. Acesso em: 22 out. 2023.

MAR BAHIA. Praia Massa é Praia Limpa acontece na Boa Viagem. Salvador: Mar Bahia, 2023. Disponível em: <https://www.marbahia.com.br/post/praiamassa-%C3%A9-praialimpa-acontece-na-boa-viagem>. Acesso em: 25 out. 2023.

MARCOVITCH, Jacques. ONU no século XXI. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 353-356, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/mZMRmyT3HgthHrRCnMLhxhP/>. Acesso em: 26 out. 2023.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia, Século XIX - Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A, 1992.

MOURAD, L. N. O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a 2010. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As Nações Unidas no Brasil, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 03 nov. 2023.

NAKASHIMA, S. K., CALVENTE, M. del C. M. H.; A História do Turismo: epítome das mudanças. Turismo & Sociedade (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-20, maio-agosto de 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? IN: SPINK, Peter et al (orgs.). Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania. FGV-EAESP, 2002, pp.11-31.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?. In: Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. 2002. p. 11- 31.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: ONU, 1992. Disponível em: https://www.un.org/esa/dsd/agenda21_spanish/res_riodecl.shtml. Acesso em: 30 out. 2023.

PEDRÃO, Fernando. O planejamento socialmente necessário. Revista Bahia Análise Dados SEI, p. 23-26, 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. Editora 34, 2003.

QUINZANI, Marcia Angela Dahmer. A política externa da China para o Brasil: riscos e potencialidades (1990-2017). Foz do Iguaçu, 2019. 183 f.: il. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política.

ROSTOW, W. W. Os Estágios do Crescimento Econômico: Um Manifesto Não-Comunista. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1961

SALVADOR. O que saber sobre a Lavagem do Bonfim. 2023. Salvador da Bahia. Disponível em: <https://www.salvordabahia.com/roteiros/o-que-saber-sobre-a-lavagem-do-bonfim/>. s. d. Acesso em: 30 out. 2023.

SALVADOR. O que saber sobre a Lavagem do Bonfim. 2023. Salvador da Bahia. Disponível em: <https://www.salvordabahia.com/roteiros/circuito-da-fe-catolica-e-caridade/>. s. d. Acesso em: 30 out. 2023.

SALVADOR. O que saber sobre a Lavagem do Bonfim. 2023. Salvador da Bahia. Disponível em: <https://www.salvadorbahia.com/experiencias/historias-dos-bairros-de-salvador-ribeira/>. s. d. Acesso em: 30 out. 2023.

SALVADOR. Prefeitura inaugura requalificação da Ponta de Humaitá. Disponível em: <http://www.agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br/index.php/pt-br/pautas/11031-prefeitura-inaugura-requalificacao-da-ponta-de-humaita-nesta-sexta-3>. Acesso em 23 out. 2023.

SALVADOR. Secretaria de Cultura e Turismo. Pesquisa de perfil e satisfação do turista: Salvador/BA - setembro de 2021. Salvador: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2021. Disponível em: observatorioturismo.salvador.ba.gov.br/images/perfil-turista/Pesquisa_Perfil_Turista_Set2021_-_Relatrio_e_Grficos_Amostra_Total.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

SALVADOR. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Fundação Mário Leal Ferreira. **Plano de Bairros de Itapagipe**. Salvador: Fundação Mário Leal Ferreira, 2021.

SALVADOR. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Fundação Mário Leal Ferreira. Plano de Bairros de Itapagipe / Fundação Mário Leal Ferreira. – Salvador: FMLF, 2021.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem. Salvador: Secult, 2022. Disponível em: https://secult.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/placasinterpretativas/SA%28SA%29IT_171n.pdf. Acesso em: 23 de out. 2023.

SALVADOR. Vivendo o Polo - Humaitá. Cultura Todo Dia, [s.d.]. Disponível em: http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=3&cod_polo=26. [s.d.]. Acesso em: 23 de out. de 2023.

SANTOS, Elisabete et al. (Org.). QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia [e-book]. 2. ed. Salvador: Edufba, 2022.

SANTOS, José Luiz, O que é cultura? Editora Brasiliense. 1ª ed. E-book. São Paulo. 2017.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Rodrigo. Desenvolvimento, trabalho e território. In: In: IVO, A. (org). Et Al. Dicionário Desenvolvimento e Questão Social. São Paulo. Anablume. 2020. 144-152.

SCHOMMER, Paula Chies; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 17, n. 55, p. 609-626, out./dez. 2010.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. Revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERAFINI, Paula Gonçalves. Os objetivos de desenvolvimento sustentável nas instituições de ensino superior: iniciativas e barreiras no processo de implementação. Natal: UFRN, 2022. 146 f.: il. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/47101/1/Objetivosdesenvolvimentosustentave1_Serafini_2022.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Falha de Salvador. Disponível em: www.sgb.gov.br/publique/media/gestao_territorial/falha_salvador.pdf. acesso em: 15 out. 2023.

SILVA, Fernando João da. A divisão político-administrativa do Estado de Santa Catarina: do passado ao presente. 2008. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, SC. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isa de Oliveira Rocha.

UWBAHIA. Mergulhos. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <http://uwbahia.com.br/mergulhos.html#:~:text=O%20Vapor%20da%20Jequitaia%20%C3%A9,cercada%20por%20diversos%20tijolos%20refrat%C3%A1rios>. Acesso em: 23 de out. de 2023.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Our common future. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

MELO, Marcus André. Crise Federativa, Guerra Fiscal e "Hobbesianismo Municipal": Efeitos Perversos da Descentralização? São Paulo em Perspectiva. P 11 – 20. V 10. 1996

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local. São Paulo: Instituto Cidadania, 2006.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: FGV, 1992. v. 26, n. 4, p. 105-113.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. Opinião pública, v. 18, p. 383-398, 2012.

MANIERO, Fabiana Freitas et al. O marco lógico como ferramenta do planejamento participativo. In: Congresso de ciências da comunicação na região sudeste. 2013. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1493-1.pdf>. Acesso em 05.11.2023. Bauru: Intercom, 2013. p. 1-15.

ANEXO A

O ROTEIRO DO GRUPO DE CONVERSA

Bloco 1- Apresentação das questões

- Como você vê o turismo em Itapagipe?
- O Turismo poderia trazer desenvolvimento para o território?
- Como você vê as festas e outros eventos no território?
- Você acha de poderia ter um turismo mais forte na região?

Bloco 2 - Apresentação da proposta de Rota

Bloco 3 - Tempo livre de falas e interações.